

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora

Capital Social 1.000.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 532 927

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Relatório de Gestão

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade de retalho do grupo.

1 ATIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2016, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 5.218 milhões de euros - o que representa um acréscimo de 7,4% face ao ano anterior.

Neste mesmo período, o “cash-flow” operacional (EBITDA direto) consolidado da Empresa atingiu 362 milhões de euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 6,9%, mais 0,1 p.p. que no ano anterior.

Na evolução da atividade dos negócios da Empresa destacamos os seguintes aspetos:

O Volume de negócios da Sonae MC foi de 3.687 milhões de euros em 2016, representando um aumento de 5,6% quando comparado com 2015. O crescimento do volume de negócios foi suportado por um crescimento de 1,9% das vendas no universo comparável de lojas e pela expansão do parque de lojas, essencialmente com a abertura de 1 hipermercado Continente, 25 Continente Bom Dia e 77 lojas Meu Super. A expansão destes dois últimos formatos contribuiu para aumentar a exposição da Sonae MC a formatos de conveniência.

Em 2016, a margem underlying EBITDA foi de 5,7%, correspondendo a um underlying EBITDA de 210 milhões de euros. À semelhança dos anos anteriores, o mercado de retalho alimentar manteve-se em 2016 bastante competitivo, pelo que se tornou fundamental para a MC melhorar e reforçar a proposta de valor do negócio. Assim, a empresa permaneceu focada na monitorização de uma série de indicadores chave, onde se incluem a perceção e competitividade ao nível de preço e a satisfação do cliente. Ao mesmo tempo, com o objetivo de estabelecer a marca Continente como especialista em perecíveis, a marca trabalhou no sentido de melhorar e de comunicar a sua oferta.

Durante 2016, a MC alcançou importantes objetivos em várias áreas de atuação, dos quais gostaríamos de destacar:

- A expansão internacional: em 2016, A Sonae MC deu passos importantes para a expansão internacional em mercados emergentes, tendo realizado os primeiros investimentos em África, através da aquisição de 2 lojas em Moçambique.

- A aposta no segmento de Saúde e bem-estar: em 2016, a MC deu alguns passos para reforçar a sua posição no segmento de Saúde e bem-estar, através do acordo para a aquisição da Go Natural e a abertura do primeiro supermercado especializado em alimentação orgânica, que ocorreram no 4º trimestre de 2016, e tiveram por objetivo consolidar a presença da MC num segmento com elevado potencial de crescimento.

O volume de negócios da Sonae SR atingiu 1.438 milhões de euros em 2016, aumentando 11,1% quando comparado com 2015, suportado pela Worten e pela divisão de Sports and Fashion.

O volume de negócios da Worten registou um crescimento de 2,1% quando comparado com 2015. A Worten continuou a implementar a sua estratégia omnicanal na Ibéria, através de uma rede de lojas físicas e duas plataformas de e-commerce recentemente renovadas (destaque para o desempenho extremamente positivo das vendas online através da plataforma em Portugal, lançada em novembro de 2016).

A divisão de Sports and Fashion aumentou o seu volume de negócios em aproximadamente 30% quando comparado com 2015, em grande parte impactado pelas contribuições da Losan e da Salsa, mas também pelo desempenho do portefólio original. A Sport Zone manteve a tendência positiva de vendas por metro quadrado, não obstante o aumento do número de lojas. A Zippy registou um forte desempenho na variação de vendas no universo comparável de lojas de 10% em Portugal e de 6% em Espanha. A MO apresentou sinais positivos, especialmente no 4º trimestre de 2016.

O underlying EBITDA da Sonae SR situou-se nos 35 milhões de euros em 2016, correspondendo a uma margem EBITDA de 2,3%. Tal beneficiou da consolidação dos resultados da Salsa e da Losan, assim como da contribuição positiva do portefólio original, no qual todos os negócios aumentaram a rentabilidade.

Como principais concretizações de 2016, destacamos o seguinte:

- A aquisição, no final do primeiro semestre de 2016, de 50% do capital da Salsa, uma marca portuguesa de *jeanswear* com forte presença internacional, e internacionalmente reconhecida pelo seu empreendedorismo e habilidade para desenvolver produtos inovadores. Esta aquisição vai permitir à Sonae SR fortalecer o crescimento internacional, acrescentando ao mesmo tempo eficiência através de sinergias e economias de escala com o portefólio original.
- A Zippy prosseguiu a sua estratégia de expansão internacional em 2016, promovendo o crescimento através de acordos de franchising, de vendas wholesale e soluções *store-in-store*. A Zippy terminou o ano com 72 lojas fora de Portugal, em mais de 40 diferentes países, das quais 54 através de acordos de *franchising*.

O volume de negócios da RP diminuiu 24,2%, para 92 milhões de euros, essencialmente motivado pela redução do freehold da MC, de 62% no final de 2015, para 50% no final de 2016. O underlying EBITDA totalizou 80 milhões de euros, correspondendo a uma margem underlying EBITDA de 87,5%.

O valor contabilístico líquido do capital investido em bens imobiliários totalizou, no final de 2016, 931 milhões de euros. O EBIT ROCE da RP situou-se nos 13%.

Ao longo de 2016, a RP continuou a implementar a sua estratégia de monetização de ativos, tendo completado 4 operações de Sale and Leaseback. O cash-in resultante ascendeu a 251 milhões de euros, representando ganhos de capital de aproximadamente 70 milhões de euros. Esta estratégia permitiu libertar capital de ativos mais maduros mantendo, ao mesmo tempo, um nível adequado de flexibilidade operacional.

O nível de freehold da MC situa-se, atualmente, em 50%, atingindo o target anunciado. Em 31 de dezembro de 2016, o portefólio da MC incluía: 21 lojas Continente, 62 lojas Continente Modelo e 26 lojas Continente Bom Dia. Relativamente à SR, o nível de freehold fixou-se, em 2016, em 21%.

A Sonae FS foi criada com o objetivo de estimular os serviços financeiros do Grupo. Atualmente, inclui o cartão pré-pago (Cartão Dá), os serviços de crédito em loja, o Continente Money Transfer e o recentemente lançado Cartão Universo. No final de 2016, o cartão universo atingiu mais de 400.000 clientes no final de 2016, superando largamente as expectativas. O lançamento deste cartão pretende reforçar a proposta competitiva do Grupo, reforçando a proposta de valor do cartão de fidelização Continente através da combinação de um meio de pagamento com uma plataforma de descontos.

Assim, em termos consolidados, ao longo do ano em apreço, o resultado líquido consolidado direto da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 88,5 milhões de euros, aumentando 4 milhões de euros face a 2015.

O resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Acionistas da Empresa-mãe ascendeu a 80,5 milhões de euros, que compara com 70 milhões de euros no ano anterior.

2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou ao longo de 2016 um investimento global de 389 milhões de euros. Este valor destinou-se, entre outras aplicações, à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portefólio de 1.208 unidades e uma área de venda instalada de 1.080 mil m² (crescendo 4% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios de **retalho alimentar** ascendeu a 167 milhões de euros. Os principais destinos do montante investido foram a abertura de 25 lojas Continente Bom Dia, 1 hipermercado Continente, 77 lojas Meu Super e 25 lojas da Well's.
- O investimento do **retalho especializado** atingiu os 152 milhões de euros, incluindo a aquisição da Salsa, formalizada em 30 de junho de 2016. Adicionalmente foi dada continuidade à consolidação da rede de lojas da Sonae SR nos mercados internacionais, sendo que o conjunto das suas insígnias detinha, no final de 2016, um total de 259 lojas fora de Portugal, incluindo 104 sob regime de franchising.
- O montante investido pelo segmento de **propriedades de retalho** totalizou 62 milhões de euros em 2016, mantendo-se relativamente estável quando comparado com 2015.

3 PERSPETIVAS

Em 2017, as perspetivas para a economia global dependem da evolução de três difíceis transições num contexto de grande incerteza política: i) transição da política monetária para a política fiscal; ii) transição da globalização para a “desglobalização”; iii) transição de regime económico e monetário chinês.

A tomada de posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, as próximas eleições em vários países europeus e o Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em 2017, irão contribuir para um clima de elevada incerteza política e económica.

No entanto, se estas três transições evoluírem de forma ordenada, é expectável uma melhoria moderada do crescimento global, sustentado pela continuação da recuperação económica nos países desenvolvidos e pela consolidação da atividade na maioria das economias emergentes.

O cenário para as economias avançadas é relativamente mais favorável, refletindo o fortalecimento da atividade económica na segunda metade de 2016, reforçada pela manutenção de políticas monetárias expansionistas em algumas economias e por um estímulo fiscal renovado noutros países, como nos EUA.

As previsões para os mercados emergentes são também mais positivas, com algumas das economias que têm estado sob pressão a verem a sua situação estabilizar, enquanto nos países exportadores de matérias-primas, as perspetivas estão a melhorar significativamente com a recuperação do preço destes recursos.

Relativamente à economia portuguesa, é expectável que o crescimento acelere ligeiramente (+1,6%), dando continuidade ao processo de recuperação moderada que caracterizou os últimos anos. Este cenário mais positivo está principalmente associado à melhoria do setor externo e, sobretudo, à recuperação do investimento. No entanto, persistem riscos significativos, associados, nomeadamente, às fragilidades do setor bancário e aos elevados níveis de dívida pública. À medida que a procura de bens duradouros continua a abrandar, espera-se que o consumo privado evolua para um ritmo mais sustentável em 2017, crescendo em linha com o rendimento disponível real, mantendo-se a taxa de poupança em níveis baixos.

Em Espanha a recuperação económica deverá continuar em 2017 (+2,5%), sustentada por estímulos monetários, pelo dinamismo do setor exportador e pela recuperação do mercado imobiliário. No entanto, o ritmo de crescimento económico deverá desacelerar, penalizado pela incerteza, pelo aumento do preço do petróleo, que limita o aumento do poder de compra das famílias, pela dificuldade em continuar a reduzir o custo do crédito e, por outro lado, pela possibilidade da política fiscal se tornar restritiva, de modo a permitir um controlo do défice público. O consumo privado deve crescer a um ritmo mais moderado, em linha com o gradual abrandamento na criação de emprego, mas a desaceleração deverá ser mais evidente nos bens duradouros, cujo consumo já se encontra em níveis semelhantes ao pré-crise.

Em suma, as economias ibéricas parecem estar a entrar numa trajetória de crescimento mais sustentável, embora persistam algumas divergências, prevendo-se que em Espanha a atividade económica permaneça forte, ainda que desacelerando ligeiramente, enquanto em Portugal se espera, apenas, uma modesta melhoria das condições económicas. Os principais riscos estão, sobretudo, relacionados com o contexto externo, nomeadamente com a crescente incerteza política e com os efeitos imprevisíveis que a mudança na orientação da política económica nos Estados Unidos poderá vir a ter na economia global.

4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

5 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 9 de março de 2017, a Sonae anunciou que assinou com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), e com a JD Sprinter Holdings (JD Sprinter), um Memorando de Entendimento (MoU) que prevê a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a Sport Zone. Este MoU estabelece os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que terá como acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente.

6 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Remuneração do Conselho de Administração

Remuneração paga e atribuída

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Sociedade ou pelas sociedades do Grupo Sonae Investimentos.

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016
Armando Luis Vieira de Magalhães	7.900	7.900
António Augusto Almeida Trábulo	7.900	7.900
Maria José Martins Lourenço da Fonseca	5.333	9.900
Manuel Heleno Sismeiro	2.000	-
Total	23.133	25.700

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de faturação à Sonae Investimentos em 2016, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

	31 dezembro 2015		31 dezembro 2016	
Auditoria e revisão legal de contas	386.633	42%	368.487	58%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	438.125	48%	81.055	13%
Outros serviços	97.255	10%	180.500	28%
Total	922.013	100%	630.042	100%

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade representa 71% dos honorários totais. Os outros serviços representam 29% dos honorários totais e foram objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2016: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos e ações de formação efetuadas.

Em 2016, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (aditada esta disposição pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016
Presidente	3.750	3.750
Secretária	1.500	1.500
Total	5.250	5.250

7 AÇÕES PRÓPRIAS

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Sonae Investimentos, SGPS, SA detinha, através da sua participada Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social.

8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 78.110.026,46 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal	3.905.501,76 euros
Dividendos	40.000.000,00 euros
Reservas Livres	34.204.524,70 euros
Total	78.110.026,46 euros

Excluem-se da distribuição de dividendos, as ações que à data da sua distribuição, tenham sido adquiridas (ou sejam) detidas pela sociedade ou por qualquer uma das sociedades dela dependentes.

9 AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e acionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 18 de abril de 2017

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 18 de abril de 2017

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Glossário

Volume de negócios (vn)

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

EBITDA

Underlying EBITDA + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes;

“Underlying” EBITDA

EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral;

EBIT Direto

EBT direto - resultado financeiro;

EBT direto

Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;

Resultado direto

Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

Resultado indireto

Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Investimento (CAPEX)

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Fundo de maneio

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros ativos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Capital investido Líquido

Dívida líquida+ Capital próprio;

ANEXOS

Declaração nos termos do Artº 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 18 de abril de 2017

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação do número de ações e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2016
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) (****)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	
Migracom, SGPS, SA (9)					Dominante	
Sonae - SGPS, SA (3)					Minoritário	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)						
Sonae - SGPS, SA (3)					Minoritário	
Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (11) (a)					Dominante	
Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (12)					Dominante	

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2016
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Dominante	
Pareuro, BV (2)					Dominante	
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (3)					Dominante	
(3) Sonae, SGPS, SA						
Sonae Investments, BV (6)					Dominante	
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						250.286.683
Sonaecenter, Serviços, SA (5)					Dominante	
(4) Sonae Investimentos, SGPS, SA						
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8)					Dominante	
(5) Sonaecenter, Serviços, SA						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						518.269.127
(6) Sonae Investments BV						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (7)					Dominante	
(7) Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						25.000
(8) Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						100.000.000
(9) Migracom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
Imparfin, SGPS, SA (10)					Minoritária	
(10) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
(11) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (a)						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
(12) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA						
Sonae - SGPS, SA (3)					Minoritária	

(*) administrador da sociedade

(**) administrador da Sonae, SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (3)

(***) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (1)

(****) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (10)

(a) anteriormente denominada Enxomil, SGPS, SA

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de ações detidas por acionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA:

	Número de ações a 31.dezembro.2016
Sonae, SGPS, SA	250.286.683
Sonae Investments, BV	131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000
Sonaecenter, Serviços, SA	518.269.127
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100.000.000

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Através da Sonae, SGPS, SA	250.286.683	25,03%	27,81%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,14%	14,60%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,00%	0,00%
Através da Sonaecenter, Serviços, SA	518.269.127	51,83%	57,59%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (II)	100.000.000	10,00%	-
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000.000.000	100,00%	100,00%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2016

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

(I) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º e do nº 1 do artigo 21º ambos do Código dos Valores Mobiliários, o "ultimate beneficial owner", porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina integralmente a Pareuro BV

(II) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida diretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA

Relatório do Governo das Sociedades

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Governo das Sociedades

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e artigos 2º e 3º da Lei 28/2009 de 19 de Junho.

Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade – alínea c) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Através da Sonae, SGPS, SA	250.286.683	25,03%	27,81%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,14%	14,60%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,00%	0,00%
Através da Sonaecenter, Serviços, SA	518.269.127	51,83%	57,59%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (II)	100.000.000	10,00%	-
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000.000.000	100,00%	100,00%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2016

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

(I) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º e do nº 1 do artigo 21º ambos do Código dos Valores Mobiliários, o "ultimate beneficial owner", porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina integralmente a Pareuro BV

(II) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida diretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA

Ponto 2 - Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos – alínea d) do número 1 do artigo 245º.-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem acionistas com direitos especiais.

Ponto 3 – Eventuais restrições em matéria de direito de voto – alínea f) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos acionistas com direito a voto, possuidores de ações ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas assembleias gerais de acionistas titulares de ações preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada ação corresponde um voto.

Os acionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas coletivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os acionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o ato.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, o disposto na alínea b) anteriormente referida, é permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade – alínea h) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 2 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, na falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição de administrador se efetue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;

b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital - alínea i) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi renovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 6 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira - alínea m) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação da informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as

demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;

- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas dos serviços administrativos do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;
- Os Relatórios de Gestão e de Governo da Sociedade são preparados com contribuição de equipas multidisciplinares da sociedade;
- O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois de aprovados, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade anual, o Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efetuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando

especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;

- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas na Nota 2.18 e em outras notas do anexo às demonstrações financeiras Consolidadas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e as transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras – Nota 43. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações desenvolvidas no passado, durante 2016 a Sonae Investimentos continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
- Análise de conformidade – A função legal, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Anexo ao Relatório Anual de Gestão.

Ponto 7 – Política de Remuneração dos Órgãos Sociais – artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 29 de abril de 2016, foi aprovada a política de remuneração dos órgãos sociais, subordinada aos seguintes princípios:

1. Princípios da Política de Remuneração e Incentivos

A política de remuneração e incentivos aplicável aos órgãos sociais e quadros diretivos adere às grandes linhas e aos princípios enformadores da política de remuneração e incentivos aprovada pelos órgãos competentes da Sonae, SGPS, S.A., sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus.

Os planos retributivos são definidos tendo por referência estudos de mercado relativos aos “Top Executives” Portugal e Europa e posicionam-se na mediana do mercado para a remuneração fixa e no terceiro quartil para a remuneração variável em circunstâncias comparáveis.

A componente fixa da remuneração está alinhada, nos seus limites, com os standards do mercado, os quais são aferidos pela equivalente praticada nas sociedades comparáveis.

A componente dos incentivos, de caráter casuístico e não vinculativo para as sociedades dominadas, está sujeita a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos potenciais beneficiários em cada exercício social.

2. Em concretização dos princípios formulados, a remuneração e compensação dos órgãos sociais e quadros diretivos da Sonae Investimentos e respetivas sociedades dominadas, obedece às seguintes regras, a serem individualmente aplicadas considerando a estrutura de governo de cada sociedade:

Administradores executivos

Os planos retributivos individuais são definidos em função dos níveis de responsabilidade de cada administrador executivo e serão revistos anualmente. A cada administrador executivo é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os administradores executivos estão classificados nos grupos funcionais “Group Senior Executive” (G1) e “Senior Executive” (G2). As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional Hay de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

A política integra concretamente (i) uma remuneração fixa tendo por referência o período de um ano civil, sendo estes valores pagos em prestações mensais e (ii) Incentivos de curto e de

médio prazo cuja atribuição não constitui uma obrigação das sociedades dominadas e que obedecem às seguintes regras:

(a) o Prémio Variável de Curto Prazo visa recompensar a concretização de objetivos definidos anualmente, que se encontram associados aos “Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs) e aos “Personal Key Performance Indicators” (KPIs Individuais). Os Business KPIs representam 70% (setenta por cento) e são determinados pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Tratam-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade. Os restantes 30% (trinta por cento) derivam de KPIs Individuais, que combinam indicadores objetivos e subjetivos. Os valores apurados resultam do desempenho real (resultados do negócio/ contributos individuais) e poderão variar entre 0% (zero por cento) e 140% (cento e quarenta por cento) do prémio objetivo fixado. Este Incentivo será determinado por referência ao desempenho do ano imediatamente anterior e será liquidado no primeiro trimestre do ano civil em que seja atribuído, sendo essa liquidação realizada com estrita observância do normativo legal e em modalidades que melhor correspondam às condições concretas de cada sociedade, nomeadamente através de participação nos resultados, quando assim deliberado em Assembleia Geral.

(b) O Prémio Variável de Médio Prazo tem por objetivo o reforço da ligação dos administradores executivos à empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da empresa. O valor atribuído corresponde a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do prémio variável total.

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de três anos.

O valor atribuído em euros será dividido pelo preço médio de cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado para quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Shareholder Return) durante um período de diferimento de 3 anos. Durante este período de diferimento, o valor do prémio, convertido em ações, será ainda corrigido pelo grau de cumprimento dos KPIs de médio prazo, de modo a garantir a continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos administradores executivos com os interesses de médio prazo da sociedade e de acordo com a política de remunerações do Grupo Sonae, poderá graduar-se o percentual de desconto conferido aos administradores executivos na aquisição de ações, determinando uma comparticipação na aquisição das ações a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com limite máximo de 5% (cinco por cento) do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

Na data do vencimento, a Sociedade tem a opção pela entrega, em sua substituição do seu correspondente valor em numerário.

Administradores não executivos

Não é atribuída remuneração ou incentivos aos administradores não executivos.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão tendo por referência a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

Quadros Diretivos

Aos quadros diretivos elegíveis é aplicável, com as devidas adaptações, os princípios descritos para a remuneração e incentivos dos administradores executivos.

3. Mais é deliberado relativamente à Sonae Investimentos que:

- Aos administradores da Sonae Investimentos não é atribuída qualquer remuneração fixa ou incentivos.

- A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral desta sociedade é composta por uma quantia fixa que foi determinada em função das características da sociedade e das práticas de mercado.

Matosinhos, 18 de abril de 2017

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

**Demonstrações financeiras
consolidadas**

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015*(Montantes expressos em euros)*

ATIVO	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso Nota 4
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	1.606.784.467	1.539.139.683
Ativos intangíveis	9	332.952.435	229.090.410
Goodwill	10	542.341.507	499.456.807
Investimentos em associadas	11	51.061.618	47.582.327
Outros investimentos	7 e 12	10.910.647	12.164.765
Ativos por impostos diferidos	19	49.861.522	56.962.847
Outros ativos não correntes	7 e 13	15.315.834	11.633.297
Total de ativos não correntes		2.609.228.030	2.396.030.136
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	696.012.657	634.365.983
Clientes	7 e 15	74.652.149	57.815.243
Outras dívidas de terceiros	7 e 16	115.773.687	101.470.215
Estado e outros entes públicos	17	44.761.264	48.839.730
Outros ativos correntes	18	64.231.139	75.896.472
Investimentos	7 e 12	4.207.972	2.506.086
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 20	119.726.191	89.020.049
Total de ativos correntes		1.119.365.059	1.009.913.778
Ativos não correntes detidos para venda	21	19.522.549	131.044.139
TOTAL DO ATIVO		3.748.115.638	3.536.988.053
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	22	(320.000.000)	(320.000.000)
Reservas legais		170.940.266	170.940.266
Reservas e resultados transitados		(224.248.153)	(257.533.311)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		80.471.632	70.039.847
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		707.163.745	663.446.802
Interesses sem controlo	23	85.020.788	52.292.885
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		792.184.533	715.739.687
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	281.274.913	294.693.494
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	340.006.858	297.670.973
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	953.990	2.423.501
Outros empréstimos	7 e 24	1.335.080	1.347.110
Outros passivos não correntes	7 e 27	420.960.111	437.223.223
Passivos por impostos diferidos	19	102.935.155	76.568.266
Provisões	32	16.006.272	12.485.642
Total de passivos não correntes		1.163.472.379	1.122.412.209
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	177.408.427	89.590.587
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	7.998.517	49.962.080
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	550.624	3.142.651
Outros empréstimos	7 e 24	370.147	887.477
Fornecedores	7 e 29	1.123.715.076	1.143.806.164
Outras dívidas a terceiros	7 e 30	155.838.792	129.800.313
Estado e outros entes públicos	17	70.345.394	65.321.335
Outros passivos correntes	31	241.301.005	213.505.600
Provisões	32	3.204.001	2.819.950
Total de passivos correntes		1.780.731.983	1.698.836.157
Passivos não correntes detidos para Venda	21	11.726.743	-
TOTAL DO PASSIVO		2.955.931.105	2.821.248.366
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.748.115.638	3.536.988.053

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Vendas	35	5.127.391.604	4.796.464.501
Prestações de serviços	35	90.689.599	63.016.525
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	36	6.595.232	(4.111.410)
Rendimentos e ganhos financeiros	37	3.888.196	18.037.124
Outros rendimentos	38	768.203.283	678.813.889
Custo das vendas	14	(4.233.574.770)	(3.930.194.950)
Variação da produção	14	1.273.422	(46.783)
Fornecimentos e serviços externos	39	(665.369.752)	(599.413.077)
Gastos com o pessoal	40	(659.244.905)	(597.386.328)
Amortizações e depreciações	8 e 9	(170.339.340)	(160.781.054)
Provisões e perdas por imparidade	32	(12.757.903)	(11.412.380)
Gastos e perdas financeiras	37	(60.459.881)	(70.323.480)
Outros gastos	41	(71.909.136)	(86.540.063)
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	11	(5.940.454)	(2.727.279)
Resultado antes de impostos das operações continuadas		118.445.195	93.395.235
Imposto sobre o rendimento	42	(30.978.216)	(20.516.391)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		87.466.979	72.878.844
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	5.1	(409.391)	-
Resultado líquido consolidado do exercício		87.057.588	72.878.844
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		80.676.328	70.039.847
Operações descontinuadas	5.1	(204.696)	-
		80.471.632	70.039.847
Atribuível a Interesses sem controlo			
Operações continuadas		6.790.652	2.838.997
Operações descontinuadas	5.1	(204.696)	-
		6.585.956	2.838.997
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	44	0,089640	0,077822
Diluído	44	0,089640	0,077822
Das operações descontinuadas			
Básico	44	(0,000227)	0,077822
Diluído	44	(0,000227)	0,077822

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

<i>(Montantes expressos em euros)</i>	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Resultado líquido consolidado do exercício	87.057.588	72.878.844
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação nas reservas de conversão cambial	(490.637)	551.071
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 11.3)	2.246.281	(2.095.489)
Variação do justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	2.174.376	(1.499.933)
Imposto relativo às componente do outro rendimento integral	(440.149)	365.993
Outro rendimento integral do exercício	3.489.871	(2.678.358)
Total rendimento integral consolidado do exercício	90.547.459	70.200.486
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	83.876.995	67.472.539
Interesses sem controlo	6.670.464	2.727.947

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Montantes expressos em euros)	Reservas e resultados transitados							Total	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 23)	Total do capital próprio
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas nos termos do artº 324º do CSC	Outras reservas e resultados transitados					
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1.000.000.000	(320.000.000)	141.237.816	436.045	1.366.865	320.000.000	(574.504.161)	(252.701.251)	70.697.244	639.233.809	80.234.962	719.468.771
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	622.097	(1.093.916)	-	(2.095.489)	(2.567.308)	70.039.847	67.472.539	2.727.947	70.200.486
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2014												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	29.702.450	-	-	-	40.994.794	40.994.794	(70.697.244)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(113.298)	(40.113.298)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.522.397)	(1.522.397)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140.624	140.624
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(3.549.025)	(3.549.025)	-	(3.549.025)	(29.174.997)	(32.724.022)
Outros	-	-	-	-	-	-	289.479	289.479	-	289.479	44	289.523
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	1.058.142	272.949	320.000.000	(578.864.402)	(257.533.311)	70.039.847	663.446.802	52.292.885	715.739.687
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	1.058.142	272.949	320.000.000	(578.864.402)	(257.533.311)	70.039.847	663.446.802	52.292.885	715.739.687
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(516.374)	1.675.456	-	2.246.281	3.405.363	80.471.632	83.876.995	6.670.464	90.547.459
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2015												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	70.039.847	70.039.847	(70.039.847)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(114.810)	(40.114.810)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.235.677)	(1.235.677)
Aquisição de filiais (5.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.261.711	27.261.711
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(109.681)	(109.681)	-	(109.681)	144.968	35.287
Outros	-	-	-	-	-	-	(50.371)	(50.371)	-	(50.371)	1.247	(49.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	85.020.788	792.184.533

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

<i>(Montantes expressos em euros)</i>	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5.217.312.588	4.855.503.466
Pagamentos a fornecedores		(4.346.697.289)	(3.974.625.141)
Pagamentos ao pessoal		(649.776.948)	(602.103.057)
Fluxos gerados pelas operações		220.838.351	278.775.268
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(9.346.435)	(31.984.586)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		6.010.742	(10.972.669)
Fluxos das atividades operacionais (1)		217.502.658	235.818.013
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	1.416.954	-
Ativos fixos tangíveis		230.291.643	184.768.832
Ativos intangíveis		411.785	185.024
Juros e rendimentos similares		1.446.885	7.509.972
Empréstimos concedidos		-	87.509.000
Dividendos		453.396	448.973
Outros		1.653	-
		234.022.316	280.421.801
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(72.748.580)	(31.550.174)
Ativos fixos tangíveis		(235.191.461)	(169.724.963)
Ativos intangíveis		(32.266.725)	(37.408.464)
Empréstimos concedidos		-	(72.434.000)
		(340.206.766)	(311.117.601)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(106.184.450)	(30.695.800)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	2.843.373	30.174.078
Empréstimos obtidos		5.916.228.568	4.010.284.873
		5.919.071.940	4.040.458.951
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(28.688)	(82.794.856)
Empréstimos obtidos		(5.905.248.296)	(4.083.024.267)
Juros e gastos similares		(57.382.527)	(61.390.190)
Dividendos		(41.371.928)	(41.510.730)
Outros		(878.129)	(1.871.037)
		(6.004.909.568)	(4.270.591.079)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(85.837.628)	(230.132.128)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		25.480.580	(25.009.915)
Efeito das diferenças de câmbio		(75.021)	247.165
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	76.441.012	101.698.092
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	101.996.613	76.441.012

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 11, 12 e 49 como Grupo Sonae Investimentos (“Sonae Investimentos”), cujas atividades principais se encontram descritas na Nota 6.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2016. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2016:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2016:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 (alteração) – Benefícios dos empregados (clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo)	01 fev 2015
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01 fev 2015
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01 jan 2016
IFRS 11 (alteração) – Acordos conjuntos (estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3)	01 jan 2016
IAS 1 (alteração) – Apresentação de demonstrações financeiras	01 jan 2016
IAS 16 e IAS 38 (alterações) - (clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	01 jan 2016
IAS 16 (alteração) – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 (alteração) – Agricultura – Plantas de produção	01 jan 2016
IAS 27 (alteração) – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial)	01 jan 2016
IFRS 10 (alteração) – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 (alteração) - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 (alteração) – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas (contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento)	01 jan 2016

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2016, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas, sendo que a maioria das normas não é aplicável ao Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2016:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---	--

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura)	01 jan 2018
--	-------------

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes (vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes)	01 jan 2018
---	-------------

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2016:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---	---

IFRS 14 – (Ativos e passivos regulatórios)	01 jan 2016
--	-------------

IFRS 16 – Locações (princípios de reconhecimento e mensuração)	01 jan 2019
--	-------------

IFRS 10 e IAS 28 (alteração) – (eliminam o conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto)	A definir
--	-----------

IAS 12 (alteração) – Imposto sobre o rendimento (vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas)	01 jan 2017
--	-------------

IAS 7 (alteração) – Demonstração de fluxos de caixa (vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento)	01 jan 2017
--	-------------

IFRS 15 (alteração) – Rédito de contratos com clientes (vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos)	01 jan 2018
---	-------------

IFRS 2 (alteração) – Pagamentos com base em ações (vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas como registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada)	01 jan 2018
--	-------------

IFRS 4 (alteração) – Contratos de seguro (proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9)	01 jan 2018
IAS 40 (alteração) – Propriedades de investimento (clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo)	01 jan 2018
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01 jan 2017 e 01 jan 2018
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos (vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito)	01 jan 2018

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas que, com exceção do IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 não se esperam vir a ter impactos significativos.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae Investimentos:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae Investimentos

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae Investimentos detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae Investimentos sempre que se verificarem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 49.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae Investimentos optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses sem controlo.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae Investimentos, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 11.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” (Nota 10) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas” (Nota 11). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro

do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses sem controlo, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,29150	0,26105	0,23193	0,27451
Lira Turca	0,26975	0,29955	0,31481	0,33228
Metical Moçambicano	0,01327	0,01489	-	-
Peso Colombiano	0,00032	0,0003	0,00029	0,00033
Peso Mexicano	0,04593	0,04846	0,05287	0,05693
Zloty Polaco	0,22674	0,22924	0,23453	0,23915

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de "Trabalhos para a Própria Empresa" (Nota 38).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae Investimentos age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos classificados como locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Eventuais incentivos à locação, recebidos, são registados como passivo e reconhecidos linearmente ao longo do período do contrato. De igual forma valores a compensar com rendas futuras são reconhecidos como ativo e revertidos ao longo do período de locação.

b) Locações em que a Sonae Investimentos age como locador

As locações em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

c) Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados anteriormente sobre contratos de locação. No caso de venda de ativos seguidos da celebração de contratos de locação operacional, é reconhecido o proveito associado ao justo valor do ativo alienado deduzido do valor contabilístico do ativo locado. Nas situações em que os ativos são vendidos por um montante superior ao seu justo valor ou quando o Grupo recebe um preço superior como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.6 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

2.7 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.8 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.10 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 6.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou

prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constitui prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de "Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae Investimentos fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 6.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber". Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae Investimentos tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do

número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiço, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em

que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

h) Instrumentos derivados

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae Investimentos definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As

reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae Investimentos utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae Investimentos pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae Investimentos pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

i) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

k) Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.) e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira.

2.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.14 Imposto sobre o rendimento e outros impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos

e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae Investimentos sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais posições venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais no âmbito das suas competências por a sua interpretação ser distinta da Sonae Investimentos, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise, reconfirme o posicionamento do Grupo concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50% a Sonae Investimentos trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o custo associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas e que o imposto em discussão corresponde a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros) ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo pelas autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos de juros.

2.15 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o

rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 27 e 31).

Os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

A receita relacionada com as comissões geradas com a atividade de mediação de seguros, é registada no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio. Relativamente aos recibos emitidos, mas não recebidos, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio, momento em que o Grupo assume a obrigação da entrega do montante de prémio líquido de comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, o Grupo procede ao registo da Comissão no momento em que é informado do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.16 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos

na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae Investimentos contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.12.h)).

2.17 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.18 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.19 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

2.20 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.12.h), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2016 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos, não superior a 5,5 milhões de euros (5,7 milhões de euros em 2015), tomando em consideração os perfis de refinação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 os valores em euros dos saldos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Euro	18.307	228.182	6.630.543	4.616.277
Real Brasileiro	-	-	4.213	1.357
Libra Inglesa	8.937	2.070	548.985	85.065
Dólar Americano	3.542.459	2.846.685	23.355.569	22.388.944
Outras moedas	663	12.519	136	69.379

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e à magnitude do seu valor líquido, à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.2 Risco de Liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2016 a maturidade média da dívida da Sonae Investimentos, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,2 anos (2015: 2,9 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela Sonae Investimentos uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2016, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2017 é de 186 milhões de euros (144 milhões de euros com vencimento para 2016) e em 31 de dezembro de 2016 a Sonae Investimentos tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 53 milhões de euros (61 milhões de euros em 2015) com compromisso inferior ou igual a um ano e 348 milhões de euros (340 milhões de euros em 2015) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a Sonae Investimentos possuía em 31 de dezembro de 2016 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 120 milhões de euros (89 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Face ao anteriormente exposto a Sonae Investimentos espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando, portanto, ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão de concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

3.4 Risco de Capital

A estrutura de capital da Sonae Investimentos, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae Investimentos monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Grupo Losan, é um Grupo multinacional sendo a empresa mãe sediada em Espanha, é especializado no negócio grossista de roupa infantil. Esta aquisição teve como objetivo melhorar as competências na cadeia de abastecimento e reforçar a capacidade de expansão internacional da Sonae Investimentos através de canais grossistas. Estas empresas foram incorporadas no consolidado em 31 de dezembro de 2015 período a partir do qual a Sonae Investimentos passou a exercer o controlo sobre as suas atividades.

Dada a proximidade da aquisição no final do exercício de 2015, só no decorrer de 2016 foi possível concluir o exercício de atribuição de justo valor e cálculo do Goodwill. O impacto da referida avaliação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Valores em milhares de euros	31 dezembro 2015		
	Antes da Reexpressão	Ajustamentos para o justo valor	Após Reexpressão
Ativos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.743.539	24.691	1.768.230
Goodwill	518.417	(18.960)	499.457
Investimentos	59.747	-	59.747
Ativos por impostos diferidos	56.738	225	56.963
Outros ativos não correntes	11.633	-	11.633
Ativo não corrente	2.390.074	5.956	2.396.030
Inventários	634.366	-	634.366
Clientes	58.215	(400)	57.815
Outros ativos correntes	224.789	1.417	226.206
Investimentos	2.506	-	2.506
Caixa e equivalentes de caixa	89.020	-	89.020
Ativo corrente	1.008.897	1.017	1.009.914
Ativos não correntes detidos para venda	131.044	-	131.044
Total do ativo	3.530.015	6.973	3.536.988
Passivos			
Empréstimos obtidos	596.135	-	596.135
Outros passivos não correntes	437.223	-	437.223
Passivos por impostos diferidos	70.496	6.073	76.569
Provisões	11.586	900	12.486
Passivos não correntes	1.115.440	6.973	1.122.413
Empréstimos obtidos	143.583	-	143.583
Fornecedores e outros passivos correntes	1.555.253	-	1.555.253
Passivo corrente	1.698.836	-	1.698.836
Total do passivo	2.814.276	6.973	2.821.249
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	663.446	-	663.446
Interesses sem controlo	52.293	-	52.293
Total do capital próprio	715.739	-	715.739
Total do capital próprio e do passivo	3.530.015	6.973	3.536.988

5 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

5.1 As principais aquisições de subsidiárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As aquisições de empresas incluídas na consolidação pelo método integral, podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		À data de aquisição	
		Direto a)	Total b)
Sonae SR - Sports & Fashion			
Grupo Salsa			
1) IVN - Serviços Partilhados, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	50,00%	50,00%
Irmãos Vila Nova, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
IVN Asia Limited	Hong Kong (China)	100,00%	50,00%
Salsa DE GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%
Salsa Distribution USA LLC	New York (EUA)	100,00%	50,00%
Salsa France, S.A.R.L.	Paris (França)	99,99%	50,00%
Salsa Luxembourg, Sàrl	Luxemburgo	100,00%	50,00%
SLS Salsa - Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
SLS Salsa Espanha - Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%

a) Considera a participação detida diretamente por uma subsidiária do Grupo;

b) Corresponde à percentagem de interesse detida direta ou indiretamente atribuível aos acionistas da Empresa-mãe, excluindo interesses sem controlo.

1) Empresa-mãe do grupo Salsa.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Valor da Posição Financeira antes da aquisição	Grupo Salsa		31 dezembro 2016
		Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor	
Ativos líquidos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	12.635.220	15.791.326	28.426.546	29.617.543
Ativos intangíveis (Nota 9)	2.477.267	86.470.000	88.947.267	86.891.888
Inventários (Nota 14)	20.768.752	-	20.768.752	23.209.980
Ativos por impostos diferidos (Nota 19)	1.691.120	1.267.477	2.958.597	2.832.354
Outros ativos	17.073.717	172.540	17.246.257	16.265.111
Caixa e equivalentes de caixa	7.501.069	-	7.501.069	3.487.787
Empréstimos	(57.408.768)	-	(57.408.768)	(47.868.478)
Passivos por impostos diferidos (Nota 19)	-	(21.417.032)	(21.417.032)	(21.029.053)
Outros passivos	(26.463.665)	(6.035.603)	(32.499.268)	(32.953.247)
Total de ativos líquidos adquiridos	(21.725.288)	76.248.708	54.523.420	60.453.885
Goodwill (Nota 10)			43.364.414	
Interesses sem controlo (Nota 23)			27.261.711	
Ativos indemnizatórios (Nota 13)			2.463.875	
Custo de aquisição			73.090.000	
Pagamentos efetuados			73.090.000	
Valores em dívida			-	
			73.090.000	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 45)				
Pagamentos efetuados			(73.090.000)	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			7.501.069	
			(65.588.931)	

Valores em euros	Grupo Salsa	
	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas e prestações de serviços	61.438.993	116.628.114
Outros rendimentos	1.784.677	4.862.315
Custo das vendas	(24.310.385)	(50.608.043)
Fornecimentos e serviços externos	(13.786.487)	(26.621.230)
Gastos com pessoal	(10.784.173)	(22.188.418)
Amortizações e depreciações	(3.924.059)	(3.713.742)
Outros gastos e perdas	(649.009)	(2.755.299)
Resultado financeiro	(748.061)	(3.770.954)
Resultado antes impostos	9.021.496	11.832.743
Imposto sobre o rendimento	(2.681.646)	(3.286.303)
Resultado líquido das operações continuadas	6.339.850	8.546.440
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	(409.391)	(409.391)
Resultado líquido	5.930.459	8.137.049

A IVN – Serviços Partilhados, SA é detentora da marca Salsa, que é uma marca Portuguesa de jeanswear de renome internacional, reconhecida pela sua capacidade empreendedora e pelo desenvolvimento de produtos inovadores. Sendo uma empresa verdadeiramente internacional, os seus produtos podem ser encontrados em cerca de 2.000 pontos de venda em 32 países.

Esta aquisição enquadra-se nos pilares estratégicos da Sonae Investimentos, nomeadamente a expansão internacional, a diversificação dos estilos de investimento e o reforço da base de ativos e competências. A Salsa continuará a contar com a atual equipa de gestão e, em consonância com os termos do acordo, os seus resultados serão incluídos na Sonae Investimentos pelo método de consolidação integral por se considerar que o Grupo controla as atividades relevantes da Salsa, sendo reportados no segmento de “Sports & Fashion” da Sonae SR.

No seguimento desta aquisição foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- (i) carteira de clientes wholesale e franchising (+35,5 milhões de euros) valorizadas com base na metodologia dos cash-flows descontados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e considerando uma taxa média de retenção dos clientes (9,4% para os clientes de wholesale). As referidas carteiras serão amortizadas linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes (10 anos);
- (ii) marca Salsa (+51 milhões de euros) valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e uma taxa de royalties de 4%, e para a qual não foi identificada vida definida;
- (iii) ativos imobiliários (+15,8 milhões de euros) valorizados com base numa valorização externa preliminar dos referidos ativos, a qual tinha sido obtida em data anterior à aquisição, estando em curso novo processo de avaliação que ainda não está concluído; e
- (iv) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de 6 milhões de euros, sendo que sobre estes foram igualmente reconhecidos o correspondente ativo indemnizatório conforme suportado contratualmente;

Para os restantes ativos e passivos não foram até esta data identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. Como habitualmente acontece nas concentrações de

atividades empresariais, também nesta operação não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. No entanto, a alocação do preço de compra realizada é preliminar, podendo ainda estar sujeita a alterações até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS3 – Concentrações Empresariais.

As valorizações acima efetuada correspondem ao Nível 3 de Justo Valor, de acordo com o IFRS 13.

5.2 As principais alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em dezembro de 2016, o Grupo alienou a sua filial Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra. Os efeitos desta alienação nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

	Data de alienação	31 dezembro 2015
Activos líquidos alienados		
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	15.526.744	17.422.616
Outros ativos	21.260	19.411
Caixa e equivalentes a caixa	22.792	802
Passivos por impostos diferidos (Nota 19)	(1.282.258)	(1.492.390)
Outros Passivos	(5.798.635)	(8.284.509)
Total de ativos líquidos alienados	8.489.903	7.665.930
Suprimentos, operações de tesouraria e juros	6.046.123	
Ganho/(Perda) na alienação (Nota 36)	6.473.006	
Preço da alienação	21.009.032	
Recebimentos efetivados	-	
Montantes a receber no futuro (Nota 16)	21.009.032	
	21.009.032	
	Data de alienação	31 dezembro 2015
Vendas e prestações de serviços	-	-
Outros rendimentos	1.580.669	2.380.856
Outros gastos	(1.285.584)	(653.394)
Resultado financeiro	(178.361)	(231.201)
Resultado antes de impostos	116.724	1.496.261
Imposto sobre o rendimento	(26.107)	(336.580)
Resultado líquido	90.617	1.159.681

5.3 Imputação do justo valor aos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do grupo Losan em 2015

O Grupo Losan é um Grupo multinacional com a empresa mãe sediada em Espanha e é especializado no negócio grossista de roupa infantil. Esta aquisição teve como objetivo melhorar as competências na cadeia de abastecimento e reforçar a capacidade de expansão internacional da Sonae Investimentos através de canais grossistas. Estas empresas foram incorporadas no consolidado em 31 de dezembro de 2015, período a partir do qual a Sonae Investimentos passou a exercer o controlo sobre as suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2015, dada a proximidade da data de aquisição, não foi possível ao Grupo finalizar a valorização a justo valor dos ativos líquidos adquiridos, a qual foi concluída durante o exercício como segue, tendo o goodwill sido reduzido em aproximadamente 19 milhões de euros conforme evidenciado no quadro seguinte:

Valores em euros	Grupo Losan			
	Valor da Posição Financeira antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor	31 dezembro 2015
Ativos líquidos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	4.281.581	-	4.281.581	4.281.581
Ativos fixos intangíveis (Nota 9)	734.881	24.691.000	25.425.881	734.881
Inventários (Nota 14)	13.451.587	-	13.451.587	13.451.587
Ativos por impostos diferidos (Nota 19)	309.948	225.000	534.948	309.948
Outros ativos	15.681.488	(400.000)	15.281.488	15.681.488
Caixa e equivalentes de caixa	12.006.623	-	12.006.623	12.006.623
Empréstimos	(8.145.659)	-	(8.145.659)	(8.145.659)
Passivos por impostos diferidos (Nota 19)	(359.764)	(6.072.750)	(6.432.514)	(359.764)
Outros passivos	(14.765.358)	(900.000)	(15.665.358)	(14.765.358)
Total de ativos líquidos adquiridos	23.195.327	17.543.250	40.738.577	23.195.327
Goodwill (Nota 10)			95.495	19.055.699
Custo de aquisição			40.834.072	42.251.026
Pagamentos efetuados em 2015			42.251.026	42.251.026
Ajuste ao preço (Nota 45)			(1.416.954)	-
			40.834.072	42.251.026
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 45)				
Pagamentos efetuados			(40.834.072)	(42.251.026)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			12.006.623	12.006.623
			(28.827.449)	(30.244.403)

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- (i) carteira de clientes wholesale (+13,1 milhões de euros), valorizadas com base na metodologia dos cash-flows descontados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento (11%) onde as empresas se inserem e considerando uma taxa média de retenção dos clientes (84% baseado nos dados históricos). As referidas carteiras serão amortizadas linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes (10 anos);
- (ii) marca Losan (+11,6 milhões de euros), valorizada com base na metodologia dos royalties libertados e para a qual não foi identificada vida definida; e
- (iii) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de 0,9 milhões de euros;

6 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Sonae investimentos é um grupo de retalho com três segmentos principais:

- a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar, possui uma rede de 41 hipermercados Continente, 130 supermercados Continente Modelo, 77 lojas de conveniência Bom Dia, 260 lojas franqueadas Meu Super e 198 parafarmácias Well's;

- a Sonae SR é a unidade de retalho especializado com duas grandes divisões:
 - a Worten que está incluída no top 3 de players ibéricos em eletrónica, contando com um portfólio de 235 lojas físicas na Ibéria;
 - a Sports & Fashion tem uma rede de 363 lojas próprias de artigos de desporto e vestuário, combinada com uma rede de franchising e inclui ainda as aquisições recentes da Salsa e Losan.
- a Sonae RP dedica-se à otimização da gestão do portfólio de imobiliário do retalho e é composta, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae SR.

A Sonae IM inclui uma empresa que opera no retalho de produtos de bricolagem, construção e jardim (Maxmat) e corretores de seguros (MDS), no entanto o Grupo optou por incluir este segmento em “Outros, eliminações e ajustamentos”.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separada, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados nas Notas 49.

6.1 Informação financeira por segmentos de negócio

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

31 dezembro 2016	Volume de negócios	Amortizações e depreciações	Provisões e perdas por imparidade diretas	EBIT direto
Sonae MC	3.686.808.069	90.891.772	1.485.653	112.149.103
Sonae SR				
Worten	910.303.455	25.294.017	2.812.821	(9.152.360)
Sports & Fashion	527.299.167	25.127.268	1.581.235	(25.702.037)
Sonae RP	91.962.156	23.739.373	6.536.987	119.945.354
Outros, eliminações e ajustamentos	1.708.356	5.286.910	199.799	(21.294.674)
Total consolidado	5.218.081.203	170.339.340	12.616.495	175.945.386
31 dezembro 2015 Reexpresso	Volume de negócios	Amortizações e depreciações	Provisões e perdas por imparidade diretas	EBIT direto
Sonae MC	3.490.025.696	85.806.855	1.939.973	119.760.878
Sonae SR				
Worten	891.470.876	23.750.199	2.245.532	(12.852.706)
Sports & Fashion	402.834.310	21.133.375	703.900	(44.094.679)
Sonae RP	121.266.202	27.487.028	-	121.207.518
Outros, eliminações e ajustamentos	(46.116.058)	2.603.597	17.088	(24.330.987)
Total consolidado	4.859.481.026	160.781.054	4.906.493	159.690.024

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Investimento (CAPEX)	Capital Investido
Sonae MC	167.010.365	562.784.619	113.771.108	466.999.988
Sonae SR				
Worten	39.439.683	(53.506.754)	39.313.761	(18.148.441)
Sports & Fashion	112.943.592	372.337.388	71.997.061	189.556.528
Sonae RP	62.354.568	930.735.887	60.418.121	1.046.536.798
Outros, eliminações e ajustamentos	7.008.224	55.690.507	4.273.017	70.161.809
Total consolidado	388.756.432	1.868.041.647	289.773.068	1.755.106.682

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados com segue:

	31 dezembro 2016 Intragrupo	31 dezembro 2015 Intragrupo
Sonae MC	(1.999.094)	(1.983.822)
Sonae SR		
Worten	(4.526.457)	(4.018.262)
Sports & Fashion	(29.091.974)	(25.102.169)
Sonae RP	(81.736.023)	(112.148.070)
Total consolidado	(117.353.548)	(143.252.323)

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT direto	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(117.353.548)	(143.252.323)	-	-
Metodo equivalência patrimonial (Nota 11)	-	-	(5.940.454)	(2.727.279)
Contributos das empresas não individualizados como segmento	119.061.904	97.136.265	2.806.705	(21.427.511)
Outros	-	-	(18.160.925)	(176.197)
Outros, eliminações e ajustamentos	1.708.356	(46.116.058)	(21.294.674)	(24.330.987)

	Investimento		Capital Investido	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Participações financeiras e suprimentos a associadas	-	-	51.712.737	48.203.015
Aquisição de investimentos	6.535.095	-	-	-
Contributos das empresas não individualizados como segmento	1.044.844	1.461.252	33.050.597	34.670.458
Outros	(571.714)	2.811.764	(29.072.827)	(12.711.664)
Outros, eliminações e ajustamentos	7.008.224	4.273.017	55.690.507	70.161.809

Todas as medidas de performance estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na nota 46.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	2.411.428.704	4.750.883.333	2.192.847.210	4.472.000.564
Espanha	111.064.671	343.408.481	116.453.647	326.711.682
França	-	55.350.594	-	41.018.936
Inglaterra	-	1.895.423	-	1.894.650
Alemanha	-	1.865.656	-	3.119
Itália	-	11.999.113	-	100.019
Brasil	11.326.815	1.322.555	11.237.513	942.134
México	52.550	4.692.310	23.669	140.758
Resto do Mundo	75.355.290	46.663.738	75.468.097	16.669.164
	2.609.228.030	5.218.081.203	2.396.030.136	4.859.481.026

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Líquida = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja estão incluídos para além da Sonae Investimentos SGPS as empresas identificadas como “Outros” na Nota 49;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

7 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.12, foram classificados como segue:

Activos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2016							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	12	9.966.231	944.416	-	10.910.647	-	10.910.647
Outros ativos não correntes	13	15.180.006	-	-	15.180.006	135.828	15.315.834
		25.146.237	944.416	-	26.090.653	135.828	26.226.481
Ativos correntes							
Clientes	15	74.652.149	-	-	74.652.149	-	74.652.149
Outras dívidas de terceiros	16	115.773.687	-	-	115.773.687	-	115.773.687
Investimentos	12	-	-	4.207.972	4.207.972	-	4.207.972
Caixa e equivalentes de caixa	20	119.726.191	-	-	119.726.191	-	119.726.191
		310.152.027	-	4.207.972	314.359.999	-	314.359.999
		335.298.264	944.416	4.207.972	340.450.652	135.828	340.586.479
A 31 de dezembro de 2015 reexpresso							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	12	9.996.932	2.167.833	-	12.164.765	-	12.164.765
Outros ativos não correntes	13	11.630.110	-	-	11.630.110	3.187	11.633.297
		21.627.042	2.167.833	-	23.794.875	3.187	23.798.062
Ativos correntes							
Clientes	15	57.815.243	-	-	57.815.243	-	57.815.243
Outras dívidas de terceiros	16	91.485.338	-	-	91.485.338	9.984.877	101.470.215
Investimentos	12	-	-	2.506.086	2.506.086	-	2.506.086
Caixa e equivalentes de caixa	20	89.020.049	-	-	89.020.049	-	89.020.049
		238.320.630	-	2.506.086	240.826.716	9.984.877	250.811.593
		259.947.672	2.167.833	2.506.086	264.621.591	9.988.064	274.609.655
Passivos financeiros							
	Notas	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total	
A 31 de dezembro de 2016							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	24	281.274.913	-	281.274.913	-	281.274.913	
Empréstimos obrigacionistas	24	340.006.858	-	340.006.858	-	340.006.858	
Credores por locações financeiras	24 e 25	953.990	-	953.990	-	953.990	
Outros empréstimos	24	1.335.080	-	1.335.080	-	1.335.080	
Outros passivos não correntes	27	401.046.123	-	401.046.123	19.913.988	420.960.111	
		1.024.616.964	-	1.024.616.964	19.913.988	1.044.530.952	
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	24	177.408.427	-	177.408.427	-	177.408.427	
Empréstimos obrigacionistas	24	7.998.517	-	7.998.517	-	7.998.517	
Credores por locações financeiras	24 e 25	550.624	-	550.624	-	550.624	
Outros empréstimos	24	12.030	358.117	370.147	-	370.147	
Fornecedores	29	1.123.715.076	-	1.123.715.076	-	1.123.715.076	
Outras dívidas a terceiros	30	155.838.792	-	155.838.792	-	155.838.792	
		1.465.523.466	358.117	1.465.881.583	-	1.465.881.583	
		2.490.140.430	358.117	2.490.498.547	19.913.988	2.510.412.535	
A 31 de dezembro de 2015 reexpresso							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	24	294.693.494	-	294.693.494	-	294.693.494	
Empréstimos obrigacionistas	24	297.670.973	-	297.670.973	-	297.670.973	
Credores por locações financeiras	24 e 25	2.423.501	-	2.423.501	-	2.423.501	
Outros empréstimos	24	1.347.110	-	1.347.110	-	1.347.110	
Outros passivos não correntes	27	404.021.270	-	404.021.270	33.201.953	437.223.223	
		1.000.156.348	-	1.000.156.348	33.201.953	1.033.358.301	
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	24	89.590.587	-	89.590.587	-	89.590.587	
Empréstimos obrigacionistas	24	49.962.080	-	49.962.080	-	49.962.080	
Credores por locações financeiras	24 e 25	3.142.651	-	3.142.651	-	3.142.651	
Outros empréstimos	24	26.974	860.503	887.477	-	887.477	
Fornecedores	29	1.143.806.164	-	1.143.806.164	-	1.143.806.164	
Outras dívidas a terceiros	30	129.800.313	-	129.800.313	-	129.800.313	
		1.416.328.769	860.503	1.417.189.272	-	1.417.189.272	
		2.416.485.117	860.503	2.417.345.620	33.201.953	2.450.547.573	

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O Grupo aplica a IFRS 13 – Mensuração ao justo Valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	4.207.972	-	-	2.506.086	-
	-	4.207.972	-	-	2.506.086	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	358.117	-	-	860.503	-
	-	358.117	-	-	860.503	-

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1.669.407.572	1.273.732.256	21.785.393	106.488.871	39.844.295	27.211.209	3.138.469.596
Investimento	7.575.225	1.946.016	39.615	189.498	24.322	154.442.235	164.216.911
Aquisições de filiais	5.088.587	1.274.558	401.035	2.059.614	925.148	-	9.748.942
Desinvestimento	(172.139.713)	(74.096.788)	(1.242.586)	(6.933.030)	(1.807.644)	(9.289.200)	(265.508.961)
Variações cambiais	(246.538)	(39)	(34.631)	(203.399)	(2.840)	-	(487.447)
Transferências	(169.784.927)	116.184.927	1.582.589	14.093.518	3.518.844	(148.303.434)	(182.708.483)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.339.900.206	1.319.040.930	22.531.415	115.695.072	42.502.125	24.060.810	2.863.730.558
Investimento	19.584.594	4.960.609	328.174	572.396	743.119	237.736.594	263.925.486
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	38.596.782	11.950.025	1.829.227	4.619.943	1.458.178	54.012	58.508.167
Desinvestimento	(34.340.513)	(58.968.502)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(103.307.184)
Alienações de filiais (Nota 5.2)	(23.222.108)	(2.667.983)	-	(32.778)	-	-	(25.922.869)
Variações cambiais	99.432	(1.218)	21.304	1.804	(3.341)	-	117.981
Transferências	28.031.849	150.366.982	1.886.202	15.430.898	2.946.556	(229.974.902)	(31.312.415)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1.368.650.242	1.424.680.843	25.532.902	130.151.241	46.267.312	30.457.184	3.025.739.724
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	433.631.117	771.959.695	17.747.649	81.888.586	34.668.210	-	1.339.895.257
Depreciações	23.825.554	103.863.273	1.145.274	9.485.896	2.442.509	-	140.762.506
Perdas de Imparidade do exercício	-	1.182.357	136	80.471	6.211	-	1.269.175
Aquisições de filiais	1.923.295	1.154.741	362.563	1.404.375	583.508	-	5.428.482
Desinvestimento	(38.119.745)	(61.285.276)	(1.175.695)	(6.496.415)	(1.755.815)	-	(108.832.946)
Variações cambiais	(235.637)	-	(7.571)	(168.592)	(2.050)	-	(413.850)
Transferências	(53.327.632)	(166.675)	58.933	(519.574)	437.199	-	(53.517.749)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	367.696.952	816.708.115	18.131.289	85.674.747	36.379.772	-	1.324.590.875
Depreciações	21.259.985	106.126.406	1.396.918	11.027.530	2.891.399	-	142.702.238
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	6.769.952	2.177.208	4.177	94.270	5.869	110.824	9.162.300
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	16.217.062	7.593.819	1.218.060	4.119.347	933.333	-	30.081.621
Desinvestimento	(6.990.603)	(48.865.073)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(63.924.819)
Alienações de filiais (Nota 5.2)	(7.695.365)	(2.667.983)	-	(32.777)	-	-	(10.396.125)
Variações cambiais	91.562	-	7.803	12.516	(1.898)	-	109.983
Transferências	(343.302)	(11.606.204)	(168.493)	(963.948)	(288.869)	-	(13.370.816)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	397.006.243	869.466.288	19.585.347	94.171.195	38.615.360	110.824	1.418.955.257
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2015 Reexpresso	972.203.254	502.332.815	4.400.126	30.020.325	6.122.353	24.060.810	1.539.139.683
A 31 de dezembro de 2016	971.643.999	555.214.555	5.947.555	35.980.046	7.651.952	30.346.360	1.606.784.467

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 238 milhões de euros (164 milhões de euros em 2015), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

O desinvestimento nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisado como segue:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(2.453.373)	(57.360.712)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(69.812.254)
Sale and Leaseback	(31.887.140)	(1.607.790)	-	-	-	-	(33.494.930)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	(34.340.513)	(58.968.502)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(103.307.184)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Desinvestimento	(2.135.674)	(47.690.007)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(57.894.824)
Sale and Leaseback	(4.854.929)	(1.175.066)	-	-	-	-	(6.029.995)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	(6.990.603)	(48.865.073)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(63.924.819)
Valor líquido							
Desinvestimento	(317.699)	(9.670.705)	(59.013)	(375.604)	(75.079)	(1.419.330)	(11.917.430)
Sale and Leaseback	(27.032.211)	(432.724)	-	-	-	-	(27.464.935)
Ativos fixos tangíveis							
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(8.209.735)	(66.561.510)	(1.242.586)	(6.933.030)	(1.807.644)	(9.289.200)	(94.043.705)
Sale and Leaseback	(163.929.978)	(7.535.278)	-	-	-	-	(171.465.256)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	(172.139.713)	(74.096.788)	(1.242.586)	(6.933.030)	(1.807.644)	(9.289.200)	(265.508.961)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Desinvestimento	(5.940.642)	(54.419.576)	(1.175.695)	(6.496.415)	(1.755.815)	-	(69.788.143)
Sale and Leaseback	(32.179.103)	(6.865.700)	-	-	-	-	(39.044.803)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	(38.119.745)	(61.285.276)	(1.175.695)	(6.496.415)	(1.755.815)	-	(108.832.946)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.269.093)	(12.141.934)	(66.891)	(436.615)	(51.829)	(9.289.200)	(24.255.562)
Sale and Leaseback	(131.750.875)	(669.578)	-	-	-	-	(132.420.453)

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 foram registadas diversas operações de “Sale and Leaseback” (ver Nota 34 – Locações operacionais). Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 158 milhões de euros (132,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015), encontram-se classificados no movimento acima como desinvestimento do exercício 27 milhões de euros e os restantes estavam registados como ativos não correntes detidos para venda (em 2015 a totalidade do valor estava registado como desinvestimento) (Nota 21). Os ativos alienados correspondem a 16 ativos de retalho alimentar localizados em Portugal (15 ativos em 31 de dezembro de 2015) e 3 lojas da Worten em Espanha. Tais operações resultaram num encaixe financeiro de aproximadamente 230 milhões de euros (184,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos (Nota 31) de aproximadamente, 62,7 milhões de euros (42,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 38).

Os ativos tangíveis detidos pela Imoconti, filial alienada no exercício (Nota 5.2), foram arrendados em condições semelhantes aos ativos incluídos nas operações de “Sale and Leaseback”, estes ativos representavam 16 milhões de euros na data da alienação, tendo resultado um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,5 milhões de euros (Nota 36).

Os contratos de arrendamento dos ativos em questão, incluindo os da Imoconti, foram considerados locações operacionais, tendo em consideração os indicadores tradicionalmente utilizados para determinar a natureza dos contratos de locação conforme definidos no IAS 17. Estes ativos têm um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Para os ativos em Espanha o prazo dos contratos foi de 12 anos, tendo sido considerado o período de 6 e 9 anos (opção de termino antecipado). Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos objeto de locação, sendo

que as opções de compra existentes por parte do Grupo são exercíveis com base em preços de mercado, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento estão ainda incluídos cerca de 8,4 milhões de euros relativos ao processo de reestruturação dos novos conceitos de lojas, da Sonae SR, principalmente em Espanha, tendo originado a utilização de perdas por imparidade no valor de 4,5 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de transferências inclui o valor líquido de 16,4 milhões de euros dos ativos transferidos para “Ativos não correntes detidos para venda” relativos à Sohimeat, pela perda de controlo desta sociedade em janeiro de 2017 (Nota 21). A 31 de dezembro de 2015 a rubrica de transferências incluía o valor líquido de 131 milhões de euros dos ativos transferidos para “Ativos não correntes detidos para venda” relativos aos imóveis do Retalho Alimentar e da Worten Espanha cuja alienação ocorreu em 2016 conforme mencionado acima (Nota 21).

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da Sonae RP (Nota 6) em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de amortizações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (7,00% e 9,25%, em 2015), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2016, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício sobre estes ativos operacionais. Durante o exercício foi registada uma imparidade no valor de 6,5 milhões de euros sobre um imóvel detido pelo Grupo em resultado da avaliação produzida pela Cushman & Wakefield e que tomou em consideração as últimas alterações do plano diretor municipal aplicável ao referido imóvel.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	25.828.922	19.674.741
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	1.610.531	1.030.144
Projetos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	1.693.500	2.968.500
Outros	1.213.407	387.425
	30.346.360	24.060.810

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Perdas por Imparidade							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	100.219.414	33.179.777	34.330	408.450	158.984	-	134.000.955
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	6.769.952	2.177.208	4.177	94.270	5.869	110.824	9.162.300
Diminuições do exercício	(15.988.827)	(7.216.550)	(437)	(114.953)	(18.669)	-	(23.339.436)
Aquisições de filiais	(197.627)	-	-	-	-	-	(197.627)
Transferências	-	(72.794)	(164)	(16.150)	(270)	-	(89.378)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016 (Nota 32)	90.802.912	28.067.641	37.906	371.617	145.914	110.824	119.536.814

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	103.463.568	219.957.831	14.033.325	724.489	36.352.643	374.531.856
Investimento	72.281	178.490	-	-	39.171.171	39.421.942
Justo valor dos ativos adquiridos (Nota 5.3)	11.559.000	-	-	13.132.000	-	24.691.000
Aquisições de filiais	4.248	3.715.017	-	8.650	137.782	3.865.697
Desinvestimento	(69.930)	(861.152)	-	-	(378.569)	(1.309.651)
Variações cambiais	(46.803)	(195.011)	-	(13.502)	-	(255.316)
Transferências	579.089	47.427.914	-	-	(48.386.507)	(379.504)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 Reexpresso	115.561.453	270.223.089	14.033.325	13.851.637	26.896.520	440.566.024
Investimento	156.243	1.428.345	-	80.755	43.262.488	44.927.831
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	51.000.000	5.130.190	621.963	35.508.260	-	92.260.413
Desinvestimento	(245.579)	(1.470.643)	-	-	(347.806)	(2.064.028)
Variações cambiais	(57.652)	146.654	-	(15.886)	-	73.116
Transferências	238.490	38.374.494	-	683.758	(42.501.476)	(3.204.734)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	166.652.955	313.832.129	14.655.288	50.108.524	27.309.726	572.558.622
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	25.933.771	149.328.969	13.628.981	197.347	-	189.089.068
Amortizações do exercício	1.177.085	18.788.034	-	53.429	-	20.018.548
Aquisições de filiais	2.869	3.118.928	-	3.464	-	3.125.261
Desinvestimento	(68.519)	(538.697)	-	-	-	(607.216)
Variações cambiais	(30.691)	(93.731)	-	(10.977)	-	(135.399)
Transferências	(14.177)	(471)	-	-	-	(14.648)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 Reexpresso	27.000.338	170.603.032	13.628.981	243.263	-	211.475.614
Amortizações do exercício	1.431.282	24.343.861	10.089	1.851.870	-	27.637.102
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	-	2.982.340	295.298	35.508	-	3.313.146
Desinvestimento	(245.579)	(1.103.391)	-	-	-	(1.348.970)
Variações cambiais	(44.335)	90.014	-	(14.686)	-	30.993
Transferências	(47)	(1.502.086)	-	435	-	(1.501.698)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	28.141.659	195.413.770	13.934.368	2.116.390	-	239.606.187
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2015 Reexpresso	88.561.115	99.620.057	404.344	13.608.374	26.896.520	229.090.410
A 31 de dezembro de 2016	138.511.296	118.418.359	720.920	47.992.134	27.309.726	332.952.435

Em 31 de dezembro de 2016 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 43 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (39 milhões em 31 de dezembro de 2015). No referido valor estão incluídos cerca de 12,3 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 38).

Na rubrica de ativos intangíveis em curso destacam-se 3,7 milhões de euros relativos ao projeto E-Commerce (comércio eletrónico), 2,1 milhões de euros do projeto Plataforma de Gestão de Entrepósitos, e 1,4 milhões de euros do projeto da plataforma de gestão logística da eletrónica.

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2015) e a marcas Salsa e Losan valorizadas no processo de aquisição em 2016 (Notas 5.1 e 5.3).

A Sonae Investimentos efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continente efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2016 foi atualizada internamente a avaliação externa

realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2016, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa.

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio Sonae MC e Sonae SR e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento da Sonae RP.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por insígnia e país:

	31 dezembro 2016			
	Portugal	Espanha	Outros países	Total
Sonae MC	435.108.109	-	-	435.108.109
Sonae SR				
Worten	53.422.018	-	-	53.422.018
Sports and fashion	50.626.432	95.495	-	50.721.927
Sonae RP	3.089.453	-	-	3.089.453
	542.246.012	95.495	-	542.341.507
	31 dezembro 2015 Reexpresso			
	Portugal	Espanha	Outros países	Total
Sonae MC	435.008.109	-	-	435.008.109
Sonae SR				
Worten	53.422.018	-	-	53.422.018
Sports and fashion	7.262.018	95.495	-	7.357.513
Sonae RP	3.669.167	-	-	3.669.167
	499.361.312	95.495	-	499.456.807

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Valor Bruto:		
Saldo inicial	507.098.475	505.807.904
Goodwill gerado no exercício (Nota 5.1)	43.364.414	20.250.775
Reafetação do goodwill ao justo valor dos ativos adquiridos (nota 5.3)	-	(18.960.204)
Diminuições	(579.714)	-
Outras variações	100.000	-
Saldo final	549.983.175	507.098.475
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	7.641.668	7.641.668
Aumentos	-	-
Saldo final	7.641.668	7.641.668
Valor líquido	542.341.507	499.456.807

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae Investimentos.

Para este efeito os segmentos da Sonae MC e Sonae SR, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae MC	9% a 10%	<= 2%	-0,6%	9% a 10%	<= 2%	-0,7%
Sonae SR						
Worten	9% a 11%	<= 1%	1,9%	9% a 11%	<= 1%	3,1%
Sports and fashion	9% a 11%	<= 1%	6,9%	9% a 11%	<= 1%	5,8% a 6,5%
Sonae IM	9% a 11%	<= 1%	5,4%	9% a 10%	<= 1%	5,6%

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae Investimentos não conduziram ao apuramento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Da análise da sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

11 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

11.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em associadas

As associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso		31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
		Direto*	Total*	Direto*	Total*		
APOR- Agência para a Modernização do Porto, SA	Porto	22,75%	22,75%	22,75%	22,75%	323.194	373.147
MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	47,53%	47,53%	47,53%	47,53%	41.382.361	43.093.084
1) MOVVO, SA	Porto	25,58%	25,58%	16,00%	16,00%	2.793.649	-
2) S2 Mozambique, SA	Maputo	30,00%	30,00%	-	-	1.406.711	-
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1.338.322	1.236.445
3) Ulabox, S.L.	Barcelona	39,18%	39,18%	28,57%	28,57%	3.817.381	2.879.651
Investimentos em associadas						51.061.618	47.582.327

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa;

- Em 27 de maio de 2016, foi realizado um aumento de capital na MOVVO, passando o Grupo a deter influência significativa na referida participada e a ser incluída no consolidado pelo método de equivalência patrimonial (Nota 12).
- Aquisição, em 18 de julho de 2016, de 30% passando o Grupo a deter influência significativa;
- Aumentos de capital realizados em 14 de abril de 2016 e 6 de setembro de 2016;

As associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

11.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

Empresas Associadas	31 dezembro 2016				
	MDS SGPS, SA (Consolidado)*	Sempre a Postos*	Ulabox*	S2 Mozambique	Outros*
Ativo não corrente	61.968.120	1.205.266	1.176.547	3.517.781	986.708
Ativo corrente	18.759.708	10.371.548	1.662.970	1.838.977	3.316.322
Passivos não correntes	24.013.978	-	-	-	2.240.946
Passivo corrente	25.520.031	6.223.527	531.941	667.722	977.842
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	31.193.819	5.353.287	2.307.575	4.689.036	1.084.243

* Demonstrações financeiras ainda não aprovadas;

Empresas Associadas	31 dezembro 2015 Reexpresso			
	MDS SGPS, SA (Consolidado)*	Sempre a Postos*	Ulabox*	Outros*
Ativo não corrente	64.452.910	1.778.633	1.923.349	18.619
Ativo corrente	22.408.075	10.076.920	2.548.955	1.679.225
Passivos não correntes	27.481.551	8.594	-	-
Passivo corrente	25.670.040	6.901.181	103.517	57.638
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	33.709.394	4.945.778	4.368.786	1.640.206

* Demonstrações financeiras ainda não aprovadas;

Empresas Associadas	31 dezembro 2016				
	MDS SGPS, SA (Consolidado)*	Sempre a Postos*	Ulabox*	S2 Mozambique	Outros*
Volume de negócios	47.148.272	53.935.164	7.483.591	2.085.457	433.737
Outros rendimentos operacionais	797.409	3.437.205	298.931	-	88.062
Gastos Operacionais	(46.766.599)	(54.995.713)	(11.900.557)	(2.750.597)	(4.450.287)
Resultados financeiros	(1.170.613)	9.534	-	29.875	(16.444)
Resultados relativos a investimentos	(7.217.174)	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	(126.650)	(566.900)	-	-	(40)
Resultado líquido consolidado do exercício	(7.335.355)	1.819.290	(4.118.035)	(635.265)	(3.944.972)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	(7.335.355)	1.819.290	(4.118.035)	(635.265)	(3.944.972)

* Demonstrações financeiras ainda não aprovadas;

Empresas Associadas	31 dezembro 2015			
	MDS SGPS, SA (Consolidado)*	Sempre a Postos*	Ulabox*	Outros*
Volume de negócios	45.545.127	51.477.596	3.738.298	71.680
Outros rendimentos operacionais	686.364	3.917.029	998.025	1.904
Gastos Operacionais	(44.714.675)	(53.556.317)	(7.069.085)	(303.122)
Resultados financeiros	(6.215.415)	13.691	(39.010)	33.263
Imposto sobre o rendimento	234.203	(440.218)	577.431	(32)
Resultado líquido consolidado do exercício	(4.464.396)	1.411.781	(1.794.340)	(196.307)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	(4.464.396)	1.411.781	(1.794.340)	(196.307)

* Demonstrações financeiras ainda não aprovadas;

11.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	-	-	-	-
Transferência para ativos detidos para venda	-	-	-	-	(2.262.691)	(2.262.691)
Imparidade em empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	2.262.691	2.262.691
	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	21.073.725	26.508.602	47.582.327	15.781.454	24.922.254	40.703.708
Aquisições durante o exercício	1.607.217	-	1.607.217	1.644.681	1.586.348	3.231.029
Aumento de capital	2.667.132	-	2.667.132	8.766.920	-	8.766.920
Transferência de "Outros Investimentos não correntes" (Nota 12)	1.102.139	2.149.921	3.252.060	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	(5.940.454)	-	(5.940.454)	(2.727.279)	-	(2.727.279)
Distribuição de dividendos	(352.945)	-	(352.945)	(296.562)	-	(296.562)
Variação nas reservas do grupo	2.246.281	-	2.246.281	(2.095.489)	-	(2.095.489)
	22.403.095	28.658.523	51.061.618	21.073.725	26.508.602	47.582.327
Total	22.403.095	28.658.523	51.061.618	21.073.725	26.508.602	47.582.327

O efeito em "Variação nas reservas do Grupo" resulta fundamentalmente do efeito da conversão cambial de empresas com moeda funcional diferente do euro no valor de 2,2 milhões de euros (cerca de -2,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Em 2015 inclui ainda a transferência de reservas de justo valor para imparidade do exercício no valor de cerca de 1,1 milhões de euros relativos à participação na Ed Broking LLP incluída na associada MDS, SGPS, SA.

A associada do grupo MDS, SGPS, SA detém uma participação financeira na Ed Broking LLP que foi reavaliada para o seu justo valor em 31 de dezembro de 2016 tomando por base múltiplos de EBITDA ajustados pelo valor da dívida líquida e múltiplos de vendas por região ajustados pelos custos da estrutura central após otimização. Esta valorização implicou uma redução da participação nas contas da associada no montante de 7,2 milhões de euros e um registo de uma imparidade no mesmo montante (3,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). A valorização da referida participação em 2015 tinha sido efetuada utilizando a mesma metodologia. A venda da operação norte americana da empresa e os custos associados à reestruturação em curso afetaram de modo significativa a valorização da associada tendo em conta os critérios de valorização utilizados. Ambas as valorizações correspondem ao Nível 3 de Justo Valor, apesar dos múltiplos utilizados serem referenciais de mercado.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para o investimento na MDS é efetuado a valorização interna elaborada com base na rentabilidade estimada das carteiras de clientes. Os principais pressupostos para a valorização negócio podem ser analisados como segue:

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de crescimento das vendas durante o período	3,4%	7,2%	4% a 6%	10% a 12%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2%	4%	2%	4%
Taxa de desconto utilizada	8,98%	15,5%	7,5%	15,8%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Imparidade em empreendimentos conjuntos” refere-se ao efeito das perdas por imparidade constituídas no período para o empreendimento conjunto Raso SGPS, SA alienado nesse exercício.

12 OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso		31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	925.197	898.197
1) MOVVO, SA	Porto	25,58%	25,58%	16,00%	16,00%	-	991.315
2) Solférias- Operadores Turísticos, SA	Lisboa	-	-	11,11%	11,11%	-	133.162
Outros investimentos						9.975.474	10.132.115
						10.910.647	12.164.765

1) Em 27 de maio de 2016, foi realizado um aumento de capital na MOVVO, passando o Grupo a deter influência significativa na referida participação e a ser incluída no consolidado pelo método de equivalência patrimonial (Nota 11);

2) Participação alienada no período.

Em 31 de dezembro de 2016 estão incluídos em “Outros investimentos”, entre outros 9.966.231 euros (9.996.932 euros em 31 de dezembro de 2015), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 33).

O valor de outros investimentos inclui ainda Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros				
Saldo em 1 de janeiro	12.164.765	-	11.572.032	6.123
Aumentos durante o exercício	1.001.244	-	596.227	147
Transferência para "Investimentos em associadas"	(1.963.874)	-	-	-
Diminuições durante o exercício	(291.488)	-	(3.494)	(6.270)
Saldo em 31 de dezembro	10.910.647	-	12.164.765	-
Instrumentos financeiros derivados				
Justo valor em 1 de janeiro	-	2.506.086	-	3.995.221
Aquisições durante o exercício	-	2.293.301	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	522.124
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(591.415)	-	(2.011.259)
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 26)	-	4.207.972	-	2.506.086
Total de outros investimentos financeiros (Nota 7)	10.910.647	4.207.972	12.164.765	2.506.086

13 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	651.119	620.688
Cientes e outros devedores		
Cauções (a)	5.043.273	4.633.112
Depósitos judiciais (b)	762.246	605.316
Regime especial de regulariz.dívidas ao fisco e à Segurança Social (c)	6.213.629	5.207.108
Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros	2.450.000	2.450.000
Valor retido na aquisição do grupo Salsa (Nota 5.1)	2.463.875	-
Valor a receber referente à venda da Raso SGPS	-	527.618
Outros	45.864	36.268
	16.978.887	13.459.422
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos (Nota 32)	(2.450.000)	(2.450.000)
Total de clientes e outros devedores	14.528.887	11.009.422
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	15.180.006	11.630.110
Outros ativos não correntes	135.828	3.187
	15.315.834	11.633.297

Os “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas”, referem-se à MDS SGPS, SA, estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida, por terem caráter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 27), estes valores não apresentam maturidade definida;
- O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.937.655	1.229.298
Mercadorias	713.619.609	663.620.150
Produtos acabados e intermédios	11.308.942	332.646
Produtos e trabalhos em curso	1.334.437	245.455
	729.200.643	665.427.549
Ajustamentos acumulados em inventários	(33.187.986)	(31.061.566)
	696.012.657	634.365.983

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 ascendem a 4.233.574.770 euros e 3.930.194.950 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Inventários iniciais	664.849.449	632.341.881
Variações cambiais	(99.142)	13.717
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	9.054.531	13.666.488
Compras	4.286.851.056	3.956.924.208
Regularizações de inventários	(11.711.143)	(6.075.877)
Inventários finais	716.557.264	664.849.449
	4.232.387.487	3.932.020.968
Ajustamentos em inventários	1.187.283	(1.826.018)
	4.233.574.770	3.930.194.950

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 ascendem a 1.273.422 euros e -46.783 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Inventários iniciais	578.100	618.982
Aquisições de filiais (Nota 5.1)	11.714.221	-
Regularizações de inventários	699.865	1.661
Inventários finais	12.643.378	578.100
	1.050.922	(39.221)
Ajustamentos em inventários	222.500	(7.562)
	1.273.422	(46.783)

15 CLIENTES

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Cientes correntes e clientes de cobrança duvidosa						
Sonae MC	33.216.920	(3.725.262)	29.491.658	26.362.826	(3.422.303)	22.940.523
Sonae SR			-			-
Worten	6.867.316	(546.620)	6.320.696	13.723.626	(154.605)	13.569.021
Sports & Fashion	34.235.233	(3.204.853)	31.030.380	17.512.362	(423.754)	17.088.608
Sonae RP	182.547	-	182.547	223.804	-	223.804
Outros	7.693.645	(66.777)	7.626.868	4.467.383	(474.096)	3.993.287
	82.195.661	(7.543.512)	74.652.149	62.290.001	(4.474.758)	57.815.243

A rubrica de Clientes correntes inclui 16.624.588 euros (17.372.487 euros em 31 de dezembro de 2015), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

A exposição da Sonae Investimentos ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas por imparidade acumuladas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae Investimentos entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas por imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2016 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Clientes	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Não vencido	38.185.215	16.717.391
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	33.555.236	38.638.608
+ 90 dias	2.911.698	2.459.244
Total	36.466.934	41.097.852
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	67.505	57.551
90 - 180 dias	186.198	50.060
180 - 360 dias	474.258	302.220
+ 360 dias	6.815.551	4.064.927
Total	7.543.512	4.474.758
	82.195.661	62.290.001

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae Investimentos analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae Investimentos não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um conjunto alargado de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae Investimentos considera que a máxima exposição ao risco de crédito corresponde aos montantes evidenciados na demonstração da posição financeira consolidada.

16 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	35.310.075	39.811.954
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	41.190.501	37.291.228
Alienação de investimentos financeiros	21.585.746	2.482.072
IVA de imóveis e de descontos de talões	3.723.869	2.560.040
Alienação de ativos fixos tangíveis	2.303.985	2.463.910
Vales e cheques oferta	1.924.216	1.214.062
Outros ativos correntes	17.172.271	16.823.542
	87.900.588	62.834.854
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(7.436.976)	(11.161.470)
Total de Outros Devedores	80.463.612	51.673.384
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	115.773.687	91.485.338
Outros ativos correntes	-	9.984.877
	115.773.687	101.470.215

A rubrica “Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas” inclui o valor de 35,3 milhões de euros (39,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) relativos a valor a receber da Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo no Regime especial de tributação dos grupos de sociedade.

A 31 de dezembro de 2016, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

O valor a receber relativo a alienação de investimentos financeiros inclui o valor relativo à alienação da subsidiária Imoconti no montante de 21.009.032 euros (Nota 5.2).

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outras dívidas de terceiros	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Não vencido	66.687.667	49.322.023
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	48.132.422	41.086.985
+ 90 dias	969.517	972.249
Total	49.101.939	42.059.234
Vencido com registo de imparidade		
0 - 180 dias	122.240	1.058.087
180 - 360 dias	599.462	1.042.992
+ 360 dias	6.699.355	9.164.472
Total	7.421.057	11.265.551
	123.210.663	102.646.808

A 31 de dezembro 2016 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em “Outros devedores” aproximam-se do seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	18.843.814	14.307.841
Imposto sobre o valor acrescentado	24.278.392	33.028.023
Outros Impostos	1.639.058	1.503.866
	44.761.264	48.839.730
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	4.426.895	2.175.863
Imposto sobre o valor acrescentado	48.669.600	47.615.964
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	4.820.959	4.421.462
Contribuições para a Segurança Social	12.142.278	10.668.691
Outros Impostos	285.663	439.355
	70.345.394	65.321.335

18 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Receitas comerciais	35.631.051	47.661.848
Rendas	7.220.792	6.484.212
Seguros	5.690.303	6.353.493
Licenças software	1.998.476	1.996.911
Comissões a receber	1.678.933	928.439
Indemnizações relativas a sinistros	1.509.212	16.462
Serviços de gestão de condomínios	738.978	892.705
Juros a receber	558.540	836.631
Outros ativos correntes	9.204.854	10.725.771
	64.231.139	75.896.472

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae Investimentos (Nota 38).

19 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	4.524.608	6.352.552	35.887.692	26.922.372
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	1.646.837	1.616.131	64.538.394	45.720.732
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	21.189.836	6.580.316	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	25.524	73.408	44.232	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	86.933	242.175	626.051	364.824
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.040.637	1.160.205
Prejuízos fiscais reportáveis	18.565.479	38.050.179	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	329.611	547.219
Benefícios fiscais	531.867	1.030.619	-	-
Outros	3.290.438	3.017.467	468.538	1.852.914
	49.861.522	56.962.847	102.935.155	76.568.266

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Saldo inicial	56.962.847	81.753.780	76.568.266	91.057.069
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	(2.279.107)	(88.739)	(11.836.547)	61.761
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(141.304)	(200.094)	3.484.535	(320.756)
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	(2.613.508)	(4.847.961)	-	-
Transferência de perdas por imparidade não aceites fiscalmente	16.568.897	-	16.568.897	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	25.317	-	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(30.786)	-	(63.682)	-
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	-	(118.088)
Reversão líquida de ativos por impostos diferidos	(20.807.988)	(22.637.415)	(109.284)	-
Anulação do goodwill para efeitos fiscais	-	-	-	(18.613.422)
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(217.608)	(662.714)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(15.088)	(53.477)	(294.247)	(825.316)
Benefícios fiscais	(498.752)	(447.820)	-	-
Outros	156.342	2.936.568	(1.594.516)	(233.063)
	(9.635.977)	(25.338.938)	5.937.548	(20.711.598)
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(124.456)	66.572	324.909	(311.623)
Outros	(132.697)	(53.515)	254.290	101.904
	(257.153)	13.057	579.199	(209.719)
Aquisição de filiais (Notas 5.1 e 5.3)	2.958.597	534.948	21.417.032	6.432.514
Alienação de filiais (Nota 5.2)	-	-	(1.282.258)	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	(166.792)	-	(284.632)	-
Saldo final	49.861.522	56.962.847	102.935.155	76.568.266

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspectiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	1.194.236	250.790	2026	1.194.236	250.790	2026
Gerados em 2015	90.184	18.939	2027	230.791	48.466	2027
Gerados em 2016	242.980	51.025	2028	-	-	-
	1.527.400	320.754		1.425.027	299.256	
Sem limite de data de utilização	72.840.938	18.244.725		150.883.958	37.750.923	
	74.368.338	18.565.479		152.308.985	38.050.179	

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 10.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2016 um valor de 14,1 milhões de euros (35,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, SA e que podem ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, SA em Espanha era em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como as restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae Investimentos no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e outras empresas em Espanha, incluídas consolidado, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 7,7% (9,2% em 2015) e por uma taxa de crescimento na perpetuidade menor ou igual a 1%. Da análise efetuada e tendo em consideração as alterações na legislação fiscal em Espanha ocorridas ao nível da utilização dos prejuízos fiscais e às recentes decisões judiciais relativas à possibilidade de mantermos a amortização fiscal do Goodwill em Espanha, revertemos ativos por impostos diferidos no valor de 28,3 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, incluindo os que foram revertidos que serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2016, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 295,1 milhões de euros (176,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2012	2.099.873	440.973	2017	3.746.735	786.814	2017
Gerados em 2013	809.338	169.961	2018	809.338	169.961	2018
Gerados em 2016	412	87	2028	-	-	
	<u>2.909.623</u>	<u>611.021</u>		<u>4.556.073</u>	<u>956.775</u>	
Sem limite de data de utilização	292.183.274	74.572.733		172.029.996	44.079.419	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	34.819	6.864		26.561	5.312	
	<u>295.127.716</u>	<u>75.190.618</u>		<u>176.612.630</u>	<u>45.041.506</u>	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, SA para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo

de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram nova inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização de Goodwill e encargos financeiros assumidos no passado e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, SA. A Sonae Investimentos, apesar de estar em completo desacordo com as autoridades tributárias espanholas, procedeu à correção das declarações fiscais e apresentou recurso perante o Tribunal Económico-Administrativo em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015, e irá ser efetuado o mesmo procedimento sobre as declarações fiscais de 2016 e seguintes.

Em 2015, o Tribunal Económico-Administrativo em Espanha foi contrário às pretensões do Grupo, e apesar de a Sonae ter apresentado recurso ao Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011 reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à amortização fiscal do Goodwill.

20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Numerário	9.038.215	9.257.191
Depósitos bancários	110.676.690	79.759.028
Aplicações de tesouraria	11.286	3.830
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 7)	119.726.191	89.020.049
Descobertos bancários (Nota 24)	(17.729.578)	(12.579.037)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	101.996.613	76.441.012

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

21 ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 2016 foi efetuado um acordo entre o Grupo e uma entidade especialista no processamento e embalagem de carnes com o objetivo de concretizar uma parceria (*joint-venture*) para operar o Centro de Processamento de Carnes. Esta parceria foi concretizada em janeiro de 2017, razão pela qual em 31 de dezembro de 2016 transferimos os ativos e passivos relacionados para as rubricas de ativos e passivos detidos para venda. O detalhe destes valores é como segue:

Valores em euros	31 dezembro 2016
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	17.057.018
Ativos por impostos diferidos	166.792
Inventários	1.850.977
Outros ativos correntes	445.762
Caixa e equivalentes de caixa	2.000
Ativos não correntes detidos para venda	19.522.549
Outros passivos não correntes	284.632
Fornecedores	2.802.583
Outros passivos correntes	8.639.528
Passivos não correntes detidos para venda	11.726.743

Em 29 de janeiro de 2016 a Sonae Investimentos realizou, no segmento Sonae RP, um acordo promessa de venda e posterior arrendamento de 12 ativos do Retalho Alimentar localizados em Portugal, esta operação totalizou 164 milhões de euros e foi concretizada em 25 de fevereiro de 2016.

Em 1 de março de 2016 a Sonae Investimentos realizou, no segmento Sonae RP, uma operação de venda e posterior arrendamento de 3 lojas da Worten em Espanha, nas cidades de Madrid, Barcelona e Valência, esta transação totalizou 26,8 milhões de euros.

Considerando que ambas as transações já estavam em processo avançado de negociação a 31 de dezembro de 2015, transferimos para “Ativos não correntes detidos para venda” o valor de 131 milhões de euros que correspondem ao valor líquido dos ativos alienados em 2016 (Nota 8).

22 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
Sonae, SGPS, S.A.	25,029%	25,029%
Sonaecenter Serviços, SA	51,827%	51,827%
Sonae Investments, BV	13,142%	13,142%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,000%	10,000%
Libra Serviços, Lda	0,002%	0,002%

Em 31 de dezembro de 2016, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 100% das restantes entidades que detêm o capital da Empresa.

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sonae Investimentos, através de subsidiária por si controlada, detém 10% de ações próprias. Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos “Interesses sem controlo” é o seguinte:

	31 dezembro 2016				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado	Dividendos/Rendimentos recebidos
Fundos de Investimento Imobiliário	270.677.984	32.315.645	31.029.671	1.863.867	(1.235.677)
IVN - Serviços Partilhados, SA	60.453.882	5.930.459	30.226.941	2.965.230	-
Outros	52.019.026	4.361.367	23.764.176	1.756.499	(114.810)
Total	383.150.892	42.607.471	85.020.788	6.585.596	(1.350.487)
	31 dezembro 2015 Reexpresso				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado	Dividendos/Rendimentos recebidos
Fundos de Investimento Imobiliário	270.752.269	28.699.386	30.390.421	1.942.152	(1.522.397)
Outros	47.664.617	2.359.356	21.902.464	896.845	(113.298)
Total	318.416.886	31.058.742	52.292.885	2.838.997	(1.635.695)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos interesses sem controlo foi o seguinte:

	31 dezembro 2016			
	Fundos de Investimento Imobiliário	IVN - Serviços Partilhados, SA	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	30.390.421	-	21.902.464	52.292.885
Dividendos distribuídos	-	-	(114.810)	(114.810)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(1.235.677)	-	-	(1.235.677)
Variação de percentagem em filiais	11.060	-	133.908	144.968
Variação resultante da conversão cambial	-	-	25.735	25.735
Aquisição de filiais (Nota 5.1)	-	27.261.711	-	27.261.711
Variação das reservas de cobertura	-	-	60.380	60.380
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	1.863.867	2.965.230	1.756.499	6.585.596
Saldo final em 31 de dezembro	31.029.671	30.226.941	23.764.176	85.020.788

	31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Fundos de Investimento Imobiliário	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	60.290.558	19.944.404	80.234.962
Dividendos distribuídos	-	(113.298)	(113.298)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(1.522.397)	-	(1.522.397)
Variação de percentagem em filiais	(30.319.892)	1.144.942	(29.174.950)
Variação resultante da conversão cambial	-	(71.027)	(71.027)
Aquisição de filiais	-	140.624	140.624
Variação das reservas de cobertura	-	(40.026)	(40.026)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	1.942.152	896.845	2.838.997
Saldo final em 31 de dezembro	30.390.421	21.902.464	52.292.885

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi 50% do capital social da IVN – Serviços Partilhados, SA detentora da marca Salsa, esta transação gerou um impacto nos interesses sem controlo no valor de 27,3 milhões de euros (Nota 5.1).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram adquiridas 42.949 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Imosede pelo montante de 34,1 milhões de euros a uma entidade relacionada (Nota 45).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controlo é como segue:

	31 dezembro 2016			
	Fundos de Investimento Imobiliário	IVN - Serviços Partilhados, SA	Outros	Total
Total do ativo não corrente	268.311.393	120.393.539	48.591.142	437.296.074
Total do ativo corrente	8.121.529	41.911.123	70.661.491	120.694.143
Total do passivo não corrente	1.088.995	66.491.618	14.278.536	81.859.149
Total do passivo corrente	4.665.943	35.359.162	52.955.071	92.980.176
Capital próprio	270.677.984	60.453.882	52.019.026	383.150.892

	31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Fundos de Investimento Imobiliário	Outros	Total
Total do ativo não corrente	284.346.869	45.503.529	329.850.398
Total do ativo corrente	2.230.047	62.834.612	65.064.659
Total do passivo não corrente	2.216.874	18.479.805	20.696.679
Total do passivo corrente	13.607.773	42.193.719	55.801.492
Capital próprio	270.752.269	47.664.617	318.416.886

	31 dezembro 2016			
	Fundos de Investimento Imobiliário	IVN - Serviços Partilhados, SA	Outros	Total
Volume de negócios	23.850.801	61.438.992	181.160.786	266.450.579
Outros rendimentos operacionais	18.211.203	591.877	5.803.865	24.606.945
Gastos operacionais	(8.528.151)	(52.261.313)	(181.101.355)	(241.890.819)
Resultados financeiros	(26.140)	(748.060)	(828.210)	(1.602.410)
Imposto sobre o rendimento	(1.192.068)	(2.681.646)	(673.719)	(4.547.433)
Resultado líquido consolidado do exercício	32.315.645	6.339.850	4.361.367	43.016.862
Resultado líquido das Operações descontinuadas	-	(409.391)	-	(409.391)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	32.315.645	5.930.459	4.361.367	42.607.471

	31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Fundos de Investimento Imobiliário	Outros	Total
Volume de negócios	30.204.581	136.111.221	166.315.802
Outros rendimentos operacionais	11.497.672	4.621.929	16.119.601
Gastos operacionais	(8.691.438)	(137.310.226)	(146.001.664)
Resultados financeiros	8.818	(868.701)	(859.883)
Imposto sobre o rendimento	(4.320.247)	(194.867)	(4.515.114)
Resultado líquido consolidado do exercício	28.699.386	2.359.356	31.058.742
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	28.699.386	2.359.356	31.058.742

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	148.000.000	121.000.000	60.000.000	160.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2014/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2020	-	55.000.000	-	55.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2019	5.000.000	35.000.000	-	25.000.000
Outros	6.678.849	20.540.714	17.011.550	5.036.532
	159.678.849	281.540.714	77.011.550	295.036.532
Descobertos bancários (Nota 20)	17.729.578	-	12.579.037	-
Custos de montagem de financiamentos	-	(265.801)	-	(343.038)
Empréstimos bancários	177.408.427	281.274.913	89.590.587	294.693.494
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017	-	-	50.000.000	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2020	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	-	95.000.000	-	-
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	3.000.000	12.000.000	-	-
Obrigações IVN 2016/2023	5.000.000	30.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(1.483)	(1.993.142)	(37.920)	(2.329.027)
Empréstimos por obrigações	7.998.517	340.006.858	49.962.080	297.670.973
Outros empréstimos	12.030	1.335.080	26.974	1.347.110
Instrumentos derivados (Nota 26)	358.117	-	860.503	-
Outros empréstimos	370.147	1.335.080	887.477	1.347.110
Credores por locações financeiras (Nota 25)	550.624	953.990	3.142.651	2.423.501
	186.327.715	623.570.841	143.582.795	596.135.078

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,44% (2,48% em 31 de dezembro de 2015). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	185.971.081	10.884.129	142.760.212	16.625.595
N+2	78.894.669	9.201.800	184.528.813	10.965.918
N+3	47.687.327	8.005.849	57.779.959	6.571.837
N+4	274.784.071	6.177.724	45.873.483	4.874.752
N+5	207.463.717	1.945.137	310.438.521	3.187.079
Após N+5	17.000.000	379.708	186.367	237
	811.800.865	36.594.348	741.567.355	42.225.417

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae Investimentos quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2016 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sonae Investimentos dispunha conforme detalhado na Nota 20, “Caixa e equivalentes de caixa”, o valor de 101.996.613 euros (76.441.012 euros em 31 de dezembro de 2015) e ainda as linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	52.769.017	348.000.000	60.806.401	340.000.000
Montantes de linhas contratadas	218.260.000	511.000.000	142.060.000	535.000.000

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os “Credores por locações financeiras” tinham a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	569.715	3.250.533	550.624	3.142.651
N+2	436.446	890.058	424.951	859.932
N+3	360.341	561.029	355.318	540.951
N+4	137.695	428.073	136.601	414.926
N+5	36.514	432.708	36.349	426.493
Após N+5	771	181.697	771	181.199
	1.541.482	5.744.098	1.504.614	5.566.152
Juros futuros	(36.868)	(177.946)		
	1.504.614	5.566.152		
Componente de curto prazo			550.624	3.142.651
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			953.990	2.423.501

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Bens objeto de locação financeira		
Terrenos e edifícios	95.524	10.816.241
Equipamento básico	902.146	431.136
Equipamento transporte	709.262	-
Equipamento administrativo	-	119.438
Total de ativos fixos tangíveis	1.706.932	11.366.815

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 4.556.218 euros (30.110.337 euros em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2015, nos bens objeto de locação financeira estavam incluídos ativos líquidos no valor de 10.816.240 euros relativos a lojas Worten em Espanha que foram transferidos para “Ativos não correntes detidos para venda” e alienados durante 2016.

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza, fundamentalmente, derivados de taxa de câmbio de forma a efetuar cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae Investimentos contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 358.117 euros (860.503 euros em 31 de dezembro de 2015), e no ativo de 4.207.972 euros (1.983.962 euros em 31 de dezembro de 2015).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica

“Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2016, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empresas participantes	400.001.807	402.325.936
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	57.500	234.375
Outras dívidas a terceiros não correntes	986.816	1.460.959
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	401.046.123	404.021.270
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 28)	1.759.823	2.307.197
Extensão de garantias a clientes (2.15)	15.051.644	28.196.895
Outros acréscimos e diferimentos	3.102.521	2.697.861
Outros passivos não correntes	420.960.111	437.223.223

A rubrica “Empresas participantes” inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros correspondente a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo. O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2016 é de 52.994 euros (56.404 euros em 31 de dezembro de 2015) por obrigação tendo sido determinado com base no método dos fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro de referencia realizada entre a Sonae SGPS, SA, Sonae Investments BV e Sontel BV. A 31 de dezembro de 2016 a Sontel, BV detinha a totalidade das obrigações (em 2015 a Sonae, SGPS, SA e a Sonae Investments, BV detinham 6.948 e 1.052 obrigações respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” inclui 628.619 euros (500.156 euros em 2015) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 13), sendo que não tem maturidade definida.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2016 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em

substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Acções							
	2013	2016	-	-	4.340.974	-	4.505.516
	2014	2017	63	2.269.192	2.386.903	1.983.274	2.501.474
	2015	2018	74	1.717.914	1.830.764	1.501.457	1.918.641
	2016	2019	82	2.604.753	-	2.276.555	-
Total				6.591.859	8.558.641	5.761.286	8.925.631

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	1.144.484	4.673.927
Registado em exercícios anteriores	2.598.612	2.138.786
	3.743.096	6.812.713
Registado em outros passivos não correntes (Nota 27)	1.759.823	2.307.197
Registado em outros passivos correntes (Nota 31)	1.983.273	4.505.516
	3.743.096	6.812.713

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2016	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	661.704.807	661.704.807	-
Sonae SR			
Worten	309.699.353	309.688.710	10.644
Sports & Fashion	57.495.526	57.345.252	150.274
Sonae RP	99.686	76.044	23.642
Outros	17.594.399	17.275.176	319.222
	1.046.593.771	1.046.089.989	503.782
Fornecedores, faturas em receção e conferência	77.121.305	77.121.305	-
	1.123.715.076	1.123.211.294	503.782

	31 dezembro 2015 Reexpresso	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	658.305.999	658.305.999	-
Sonae SR			
Worten	327.608.718	327.582.567	26.152
Sports & Fashion	43.751.596	43.749.676	1.919
Sonae RP	155.288	142.995	12.293
Outros	18.416.820	18.011.257	405.563
	1.048.238.421	1.047.792.494	445.927
Fornecedores, faturas em receção e conferência	95.567.743	95.567.743	-
	1.143.806.164	1.143.360.237	445.927

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae Investimentos da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2016	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	71.890.515	70.606.078	602.346	682.091
Outras dívidas	39.551.618	39.018.717	344.774	188.127
	111.442.133	109.624.795	947.120	870.218
Empresas participadas e participantes	44.396.659			
	155.838.792			

	31 dezembro 2015 Reexpresso	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	45.731.837	43.929.208	486.180	1.316.449
Outras dívidas	42.688.239	42.425.362	104.890	157.987
	88.420.076	86.354.570	591.070	1.474.436
Empresas participadas e participantes	41.380.237			
	129.800.313			

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 8.344.127 euros (14.219.757 euros em 31 de dezembro de 2015) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;

- 15.042.306 euros (14.365.426 euros em 31 de dezembro de 2015) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;

- 3.992.919 euros (3.176.938 euros em 31 de dezembro de 2015) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32);

Em 31 de dezembro de 2016 na rubrica “Empresas participadas e participantes” estão incluídos cerca de 44,4 milhões de euros (41,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) de valor a pagar à Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo Sonae Investimentos no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, SA é a empresas mãe.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Gastos com o pessoal	109.219.524	98.487.910
Outros fornecimentos e serviços externos	34.617.917	40.576.691
Extensão de garantias a clientes (Nota 2.15)	45.073.283	24.471.084
Publicidade e propaganda	11.619.869	13.791.241
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.5.c)	17.558.769	10.031.166
Rendas fixas debitadas antecipadamente	7.953.466	6.685.283
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 28)	1.983.273	4.505.516
Encargos financeiros a liquidar	1.688.638	2.893.228
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	2.154.473	2.372.162
Outros	9.431.793	9.691.320
	241.301.005	213.505.600

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2016	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2016
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	134.000.955	9.162.300	(23.626.441)	-	119.536.814
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.497.024	-	-	-	1.497.024
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	2.450.000	-	-	-	2.450.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	4.474.758	1.718.742	(881.037)	2.231.049	7.543.512
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	11.161.470	1.198.112	(4.957.266)	34.660	7.436.976
Provisões não correntes	12.485.642	1.924.219	(3.549.840)	5.146.251	16.006.272
Provisões correntes	2.819.950	415.947	(31.896)	-	3.204.001
	168.889.799	14.419.320	(33.046.480)	7.411.960	157.674.599

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2015	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2015 reexpresso
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11)	10.031.409	-	(10.031.409)	-	-
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	144.059.960	1.269.175	(11.398.563)	70.383	134.000.955
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.497.101	-	(77)	-	1.497.024
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	2.450.000	-	-	-	2.450.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	3.805.638	1.232.697	(971.532)	407.955	4.474.758
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	14.540.984	1.545.208	(4.924.722)	-	11.161.470
Provisões não correntes	22.396.928	6.505.887	(14.400.006)	(2.017.167)	12.485.642
Provisões correntes	3.438.257	899.756	(1.518.063)	-	2.819.950
	202.220.277	11.452.723	(43.244.372)	(1.538.829)	168.889.799

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Provisões e perdas de imparidade na demonstração de resultados	12.757.903	11.412.380
Varição cambial	1.935.597	-
Outros	(274.180)	40.343
	14.419.320	11.452.723

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor de diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 38)	(11.164.106)	(10.828.524)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(276.628)	(2.081.037)
Compensação do valor a receber da Wall Mart	-	(9.607.850)
Reversão de imparidades em investimentos financeiros	-	(7.768.718)
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(7.664.810)	(11.398.638)
Utilizações e reversões registados em ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	(13.949.808)	-
Outras responsabilidades	8.872	(1.559.605)
	(33.046.480)	(43.244.372)

As rubricas “Provisões não correntes” e “Provisões Correntes” incluem:

- 8.521.318 euros (6.779.929 euros em 31 de dezembro de 2015) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

- a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de produtos de marca própria nas lojas dos segmentos de negócio do Retalho Especializado no valor de 1.449.195 euros (3.363.334 euros em 31 de dezembro de 2015 cujo valor inclui igualmente extensões de garantia concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória).

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Garantias e fianças prestadas

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	980.164.471	929.791.189
por processos judiciais em curso	816.509	624.472
por processos autárquicos em curso	8.048.110	8.268.603
contratuais por bom cumprimento	22.339.055	17.165.647
outras garantias	10.525.488	4.940.068

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 556,7 milhões de euros (520 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) relativos aos períodos de 2004 a 2013, relacionados com os segmentos Sonae MC e Sonae SR para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Processos referentes a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 142,9 milhões de euros (144,3 milhões de euros em 2015) a

favor da Administração Fiscal relativos aos exercícios de 2007 a 2013. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Fiança no valor de cerca de 50 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal do reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 19,1 milhões de euros (65,6 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 48,4 milhões de euros (165,9 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 22 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento (Nota 13).

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

a) Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, o montante reclamado pela

Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,5 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2016 a 32,4 milhões de euros (31,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 60,8 milhões de euros (44,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 129.232.244 euros (102.820.137 euros em 31 de dezembro de 2015) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	31.295.656	20.607.703
N+1	99.074.273	90.693.638
N+2	92.353.586	85.544.328
N+3	88.722.989	82.111.544
N+4	84.812.386	76.756.576
N+5	77.863.977	82.284.162
Após N+5	654.336.715	675.098.903
	1.128.459.582	1.113.096.854

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

Durante o exercício de 2016 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 8.166.718 euros (8.390.359 euros em 31 de dezembro de 2015) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.601.926	2.851.338
N+1	5.333.931	4.206.117
N+2	4.563.589	3.800.458
N+3	3.355.334	3.101.846
N+4	2.453.356	1.942.667
N+5	1.556.643	1.203.964
Após N+5	5.179.130	3.617.576
	25.043.910	20.723.967

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “Vendas e as prestações de serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Vendas de mercadorias	5.127.391.604	4.796.464.501
Prestações de serviços	90.689.599	63.016.525
	5.218.081.203	4.859.481.026

36 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram como se segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Dividendos	102.077	152.412
Alienação da Imoconti (Nota 5.2)	6.473.006	-
Alienação da Raso SGPS	-	(4.263.824)
Outros	(13.162)	2
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	6.459.844	(4.263.822)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	-
Outros	33.311	-
Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos	6.595.232	(4.111.410)

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 têm a seguinte decomposição:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(5.458.637)	(4.169.708)
relativos a obrigações não convertíveis	(9.344.504)	(16.327.761)
relativos a outros empréstimos	(32.533.333)	(32.444.414)
relativos a contratos de locação financeira	(97.839)	(169.185)
outros	(2.024.385)	(2.175.262)
	(49.458.698)	(55.286.330)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.598.501)	(8.530.069)
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	(326.290)	-
Encargos de emissão de dívida	(4.243.541)	(5.386.539)
Outros	(1.832.851)	(1.120.542)
	(60.459.881)	(70.323.480)
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	43.087	41.599
outros	504.197	3.728.329
	547.284	3.769.928
Diferenças de câmbio favoráveis	2.405.970	7.993.207
Outros proveitos e ganhos financeiras	934.942	6.273.989
	3.888.196	18.037.124
Resultados financeiros	(56.571.685)	(52.286.356)

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Proveitos suplementares	632.504.480	555.163.085
Ganhos na alienação de ativos	62.720.180	43.238.485
Diferenças cambiais	19.858.504	30.563.234
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.646.152	23.045.190
Reversão de perdas por imparidade e provisões (Nota 32)	11.164.106	10.828.524
Trabalhos para a própria empresa (Nota 9)	12.304.495	10.089.674
Indemnizações relativas a sinistros	202.159	890.512
Subsídios à exploração	683.686	431.540
Outros	4.119.521	4.563.645
	768.203.283	678.813.889

A rubrica de “Proveitos suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae investimentos.

Na rubrica de “Ganhos na alienação de ativos” estão incluídos os ganhos relativos à operação de “Sale & Leaseback” no valor de 62,7 milhões de euros (42,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 8).

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Publicidade e propaganda	103.617.254	105.256.347
Rendas e alugueres	164.538.872	135.740.347
Transportes de mercadorias	57.864.872	50.392.987
Electricidade e combustíveis	57.186.931	55.917.296
Trabalhos especializados	75.626.105	62.315.058
Conservação e reparação	25.098.712	25.038.506
Custos com terminais pagamento automático	11.873.307	10.822.581
Vigilância e segurança	20.235.568	19.754.015
Limpeza, higiene e conforto	22.857.109	20.888.206
Comunicação	10.206.411	10.237.881
Deslocações e estadas	12.282.115	11.047.873
Materiais de consumo	13.431.933	13.679.050
Seguros	6.531.694	5.865.382
Entregas ao domicílio	6.479.543	5.979.094
Subcontratos	2.841.385	1.894.389
Outros	74.697.942	64.584.066
	665.369.752	599.413.077

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Remunerações	515.228.164	467.158.011
Encargos sobre remunerações	109.777.633	98.864.667
Seguros	9.843.767	9.296.225
Gastos com ação social	4.653.024	3.733.776
Outros gastos com pessoal	19.742.318	18.333.650
	659.244.905	597.386.328

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Diferenças cambiais	19.682.434	31.214.052
Donativos	7.714.303	7.297.725
Perdas na alienação de ativos	11.848.235	14.398.027
Imposto municipal sobre imóveis	1.891.745	2.040.348
Outros impostos	9.317.900	9.451.367
Outros gastos	21.454.519	22.138.543
	71.909.136	86.540.063

A rubrica de “Outros gastos”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, inclui cerca de 13 milhões de euros (13,2 milhões em 31 de dezembro de 2015) referentes à participação do Grupo no programa de promoção comercial Galp/Cartão Continente.

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Imposto corrente	15.404.691	15.889.051
Imposto diferido (Nota 19)	15.573.525	4.627.340
	30.978.216	20.516.391

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Resultado antes de impostos	118.445.194	93.395.235
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(40.168.091)	(60.388.254)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	5.940.454	2.727.279
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	1.804.667	1.424.422
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	-	6.505.887
Outros	-	(2.580.636)
Lucro tributável	86.022.224	41.083.933
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(1.676.961)	-
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	4.466.012	3.056.582
	88.811.275	44.140.515
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%
	18.650.368	9.269.508
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(14.898.812)	(13.649.705)
Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 19)	28.306.619	17.404.712
Utilização de benefícios fiscais	(1.869.269)	(1.856.933)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(11.326.861)	(4.307.218)
Tributação autónoma	3.553.912	3.073.976
Derrama	10.201.829	7.721.970
Outros	(1.639.570)	2.860.080
Imposto sobre o rendimento	30.978.216	20.516.391

43 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empresa - Mãe	1.522.423	1.410.920	2.015.763	1.890.923
Empreendimentos conjuntos	-	964.035	-	4.630.921
Empresas associadas	39.503.679	37.470.033	385.396	295.877
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	60.514.779	63.761.468	67.177.375	70.079.779
	101.540.881	103.606.456	69.578.534	76.897.500

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empresa - Mãe	8.873	2.968	33.673.963	34.259.601
Empreendimentos conjuntos	-	331.132	-	-
Empresas associadas	19.449	262.445	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	-	537.828	150.852
	28.322	596.545	34.211.791	34.410.453

SalDOS	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empresa - Mãe	35.783.208	39.852.783	46.399.686	43.503.785
Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Empresas associadas	5.663.219	5.853.840	621.579	995.073
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	43.501.277	21.499.121	29.620.444	17.640.121
	84.947.704	67.205.744	76.641.709	62.138.979

SalDOS	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Empresa - Mãe (Nota 27)	-	400.000.000	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	660.663	651.119
Outras partes relacionadas (Nota 27) ⁽¹⁾	400.027.000	2.414.770	-	-
	400.027.000	402.414.770	660.663	651.119

1) Consideram-se “Outras partes relacionadas” as filiais ou empreendimentos conjuntos da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de “Outras partes relacionadas” correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

Os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos à MDS, SGPS, S.A. (651.119 euros em 2016 e 620.688 euros em 2015) (Nota 13).

Em dezembro de 2016, o Grupo alienou a sua filial Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra. Esta operação gerou um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,9 milhões de euros (Notas 5.2 e 36).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incrementamos a percentagem detida no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede através da aquisição de 22,57% de capital social pelo valor de 34,1 milhões de euros a uma parte relacionada.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, tem a seguinte composição:

	Direcção Estratégica ^(a)	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Benefícios de curto prazo	3.896.091	3.528.427
Benefícios em ações	1.136.800	1.001.000
	<u>5.032.891</u>	<u>4.529.427</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

44 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2015 Reexpresso
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas
Resultados			
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	80.676.328	(204.696)	70.039.847
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	80.676.328	(204.696)	70.039.847
Numero de ações			
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000	900.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações	-	-	-
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação			
Básico	0,089640	(0,000227)	0,077822
Diluído	0,089640	(0,000227)	0,077822

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

45 RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2014 podem ser analisados como segue:

- Atividade de Investimento

Recebimentos	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Acerto preço aquisição da Losan (Nota 5.3)	1.416.954	-
	1.416.954	-
Pagamentos	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Aquisição da Salsa (Nota 5.1)	65.588.931	-
Aumento capital na Ulabox	2.667.132	-
Aumento de capital na Movvo	2.260.746	-
Aumento capital na S2 Mozambique SA	1.607.217	-
Acerto preço aquisição da Elergone	600.562	-
Aquisição do Grupo Losan (Nota 5.3)	-	30.244.403
Aquisição do MJB - Design, Lda	-	916.123
Aquisição da Elergone Energias, Lda	-	187.501
Outros	23.992	202.147
	72.748.580	31.550.174

- Atividade de Financiamento

Recebimentos	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Recebimento da alienação da Raso SGPS	2.500.000	-
Alienação de unidade de participação do Fundo Imosonae Dois	173.261	1.173.697
Alienação da Raso SGPS	-	29.000.000
Outros	170.112	381
	2.843.373	30.174.078
Pagamentos	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Aquisição de UP's do Fundo Imosede ao exterior (Nota 23)	-	34.082.452
Aquisição de participação na Ulabox	-	3.231.029
Aquisição dos restantes 50 % da Raso SGPS SGPS	-	3.888.849
Aumento de capital da Raso SGPS	-	41.000.000
Outros	28.688	592.525
	28.688	82.794.856

46 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incorporam: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	31 dezembro 2016			31 dezembro 2015 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.218.081.203	-	5.218.081.203	4.859.481.026	-	4.859.481.026
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	102.077	-	102.077	152.410	-	152.410
Imparidades	-	-	-	(4.263.824)	(4.263.824)	-
Outros	6.493.155	-	6.493.155	-	-	-
Outros proveitos						
Goodwill negativo	-	-	-	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade	9.138.889	-	9.138.889	4.558.217	(471.539)	5.029.756
Outros	687.511.135	-	687.511.135	625.606.729	-	625.606.729
Total de rendimentos	5.921.326.459	-	5.921.326.459	5.485.534.558	(4.735.363)	5.490.269.921
Total de gastos	(5.599.990.670)	(1.030.583)	(5.598.960.087)	(5.173.780.635)	(2.919.593)	(5.170.861.042)
Amortizações e depreciações	(170.339.340)	-	(170.339.340)	(160.781.054)	-	(160.781.054)
Ganhos e perdas em ativos tangíveis e intangíveis	(12.330.245)	-	(12.330.245)	(12.807.184)	-	(12.807.184)
Provisões e perdas por imparidade:						
Provisões para extensões de garantia	1.914.139	-	1.914.139	5.410.462	-	5.410.462
Provisões e imparidades não usuais	-	-	-	(6.505.887)	(6.505.887)	-
Outras	(12.616.495)	-	(12.616.495)	(4.906.493)	-	(4.906.493)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	127.963.848	(1.030.583)	128.994.431	132.163.768	(14.160.843)	146.324.611
Resultados não usuais	52.993.486	-	52.993.486	16.245.102	-	16.245.102
Resultados financeiros	(56.571.685)	-	(56.571.685)	(52.286.356)	2.580.730	(54.867.086)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros						
MDS	(3.932.887)	-	(3.932.887)	(2.666.937)	-	(2.666.937)
Ulabox	(1.763.445)	-	(1.763.445)	-	-	-
Outros	(244.122)	-	(244.122)	(60.342)	-	(60.342)
Resultados antes de impostos	118.445.195	(1.030.583)	119.475.778	93.395.235	(11.580.113)	104.975.348
Impostos sobre o rendimento	(30.978.216)	-	(30.978.216)	(20.516.391)	-	(20.516.391)
Resultado líquido do período das operações continuadas	87.466.979	(1.030.583)	88.497.562	72.878.844	(11.580.113)	84.458.957
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	(409.391)	(409.391)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	87.057.588	(1.439.974)	88.497.562	72.878.844	(11.580.113)	84.458.957
Atribuível aos acionistas	80.471.632	(1.439.974)	81.911.606	70.039.847	(11.580.113)	81.619.960
Interesses sem controlo	6.585.956	-	6.585.956	2.838.997	-	2.838.997
"Underlying" EBITDA (b)			315.039.545			319.637.175
EBITDA (a)			362.092.577			333.154.998
EBIT Direto (c)			175.945.386			159.690.024

- (a) EBITDA direto = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial+ resultados não usuais;
- (b) "Underlying" EBITDA = EBITDA direto – efeito do método de equivalência patrimonial – resultados considerados não recorrentes;
- (c) EBIT Direto = EBT direto - resultado financeiro;
- (d) EBT direto = Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
Provisão para contingências no Brasil (Nota 32)	-	(6.505.887)
Perda na alienação de "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 21)	-	(4.263.823)
Operações Descontinuadas	(409.391)	-
Outros	(1.030.583)	(810.403)
Total	(1.439.974)	(11.580.113)

O “Underlying Ebitda Direto”, pode ser analisado como segue:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015 Reexpresso
EBITDA direto	362.092.577	333.154.998
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros (Nota 11)	5.940.454	2.727.279
Resultados não usuais		
Mais valias na alienação de ativos fixos	(63.144.813)	(39.829.478)
Mais valia com a alienação da Imoconti (Nota 36)	(6.473.006)	-
Gastos relacionados com o lançamento de novos negócios	-	11.909.088
Outros gastos considerados não recorrentes	16.624.333	11.675.288
"Underlying" EBITDA Direto	315.039.545	319.637.175

47 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de março de 2017 a Sonae, através de uma das suas subsidiárias, assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), retalhista líder no Reino Unido em marcas de desporto, moda e outdoor, e a JD Sprinter Holdings (JD Sprinter), que prevê a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a Sport Zone. Este MoU estabelece os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que terá como acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente. Conforme acordo celebrado iniciaram-se procedimentos de determinação dos ativos, passivos e operações a ser objeto desta transação, razão pela qual não são detalhados os efeitos a esta data.

48 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

49 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2016		31 dezembro 2015	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae Investimentos- SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae MC					
BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a) Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Seleção, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) MCCARE – Serviços de Saúde, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
MJB – Design, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente International Trade, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Sohi Meat Solutions- Distribuição de Carnes, SA	a) Santarém	100,00%	100,00%	-	-
2) Sonae MC S2 Africa Limited	a) La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	-	-
Sports&Fashion					
Aduanas Caspe, S.L.U.	a) Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	a) Varsóvia (Polónia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Comercial Losan, S.L.U.	a) Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division Canárias , SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global Usebti, S.L.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Irmãos Vila Nova, SA	a)	Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	-	-
3) Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA	a)	Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	-	-
3) IVN – Serviços Partilhados, SA	a)	Vila Nova de Famalicão	50,00%	50,00%	-	-
3) IVN Asia Limited	a)	Hong Kong (China)	100,00%	50,00%	-	-
Losan Colombia, S.A.S.	a)	Bogotá (Colombia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Losan Overseas Textile, S.L	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
3) Salsa DE GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	-	-
3) Salsa Distribution USA LLC	a)	New York (EUA)	100,00%	50,00%	-	-
3) Salsa France, S.A.R.L.	a)	Paris (França)	99,99%	50,00%	-	-
3) Salsa Luxembourg, Sàrl	a)	Luxemburgo	100,00%	50,00%	-	-
3) SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	a)	Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	-	-
3) SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	a)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%	-	-
SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (Mexico)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zíppy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Worten

HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a)	Malta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae SR – Serviços e Logística, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Sonae RP

Arat Inmuebles, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedede	a)	Maia	80,40%	80,40%	80,40%	80,40%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	97,91%	97,91%	97,92%	97,92%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesaggest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outros						
Marcas MC, zRT	a)	Budapeste	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

		(Hungria)				
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b) Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
2)	SFS – Serviços de Gestão e Marketing, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
	SIAL Participações, Ltda	a) São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a) São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Financial Services, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a) Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
5)	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a) Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
	Sonae SR Malta Holding Limited	a) Malta	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaecenter Serviços II, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	a) Maia	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
	Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tlantic BV	a) Amesterdão (Holanda)	70,71%	70,71%	72,10%	72,10%
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a) Matosinhos	100,00%	70,71%	100,00%	72,10%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a) Porto Alegre (Brasil)	100,00%	70,71%	100,00%	72,10%

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa;

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

1) Filiais incorporadas por fusão na Modelo Continente Hipermercados, SA a 1 de janeiro de 2016;

2) Filial constituída no período;

3) Filial adquirida no período;

4) Filial liquidada no período;

5) Filial incorporada por fusão na Sonae MC – Modelo Continente SGPS, SA a 1 de janeiro de 2016;

6) Filial alienada a 30 de dezembro de 2016 à Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 18 de abril de 2017

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Demonstrações financeiras separadas

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	7	215	435
Investimentos	6	1.625.691.885	1.676.827.937
Outros ativos não correntes	5, 8	1.149.120.000	1.194.041.341
Total de ativo não corrente		2.774.812.100	2.870.869.713
ATIVO CORRENTE:			
Outras dívidas de terceiros	5, 9	1.605.728.621	2.102.658.845
Estado e outros entes públicos	10	8.362.600	8.323.773
Outros ativos correntes	5, 11	4.542.059	8.192.565
Caixa e equivalentes de caixa	5, 12	215.967	131.553
Total de ativo corrente		1.618.849.247	2.119.306.736
TOTAL DO ATIVO		4.393.661.347	4.990.176.449
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	14	170.940.266	170.940.266
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	15	1.587.734.790	1.650.091.519
Resultados transitados		-	(2.200.320)
Resultado líquido do exercício		78.110.026	(20.156.409)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.836.785.082	2.798.675.056
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	310.006.858	297.670.973
Empréstimos bancários	5, 16	121.000.000	160.000.000
Outros passivos não correntes	5, 17	400.000.000	400.234.375
Total de passivo não corrente		831.006.858	857.905.348
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	2.998.517	49.962.080
Empréstimos bancários	5, 16	150.557.707	72.453.599
Fornecedores	5, 18	41.122	27.692
Outras dívidas a terceiros	5, 19	567.053.117	1.203.086.434
Estado e outros entes públicos	10	1.893.948	1.921.801
Outros passivos correntes	5, 20	3.324.996	6.144.439
Total de passivo corrente		725.869.407	1.333.596.045
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.393.661.347	4.990.176.449

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	24	79.934.094	(25.567.704)
Rendimentos e ganhos financeiros	25	60.316.585	85.834.247
Outros rendimentos	26	383.256	580.237
Fornecimentos e serviços externos	27	(3.225.009)	(3.197.365)
Gastos com o pessoal		(54.603)	(42.527)
Depreciações e amortizações	7	(219)	(189)
Gastos e perdas financeiras	25	(63.656.913)	(70.118.187)
Outros gastos e perdas	28	(58.270)	(267.728)
Resultado antes de impostos		73.638.921	(12.779.216)
Imposto sobre o rendimento	29	4.471.105	(7.377.193)
Resultado líquido do exercício		78.110.026	(20.156.409)
Resultados por ação (básico e diluído)	30	0,0868	(0,0224)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em euros)	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Resultado líquido do exercício	78.110.026	(20.156.409)
Total rendimento integral do exercício	78.110.026	(20.156.409)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido	Total	
				Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas	Resultados transitados			Total outras reservas e resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2015		1.000.000.000	141.237.816	320.000.000	805.745.149	(2.200.320)	1.123.544.829	594.048.820	2.858.831.465
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	(20.156.409)	(20.156.409)
Aplicação do resultado de 2014:									
Transferência para reservas	14, 15	-	29.702.450	-	524.346.370	-	524.346.370	(554.048.820)	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro 2015		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.330.091.519	(2.200.320)	1.647.891.199	(20.156.409)	2.798.675.056
Saldo em 1 de janeiro de 2016		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.330.091.519	(2.200.320)	1.647.891.199	(20.156.409)	2.798.675.056
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	78.110.026	78.110.026
Aplicação do resultado de 2015:									
Transferência para reservas	13, 14, 15	-	-	-	(22.356.729)	2.200.320	(20.156.409)	20.156.409	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.267.734.790	-	1.587.734.790	78.110.026	2.836.785.082

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(3.117.801)	(4.351.155)
Pagamentos ao pessoal		(54.553)	(42.512)
Fluxos gerados pelas operações		(3.172.354)	(4.393.667)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		2.939.637	1.824.638
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(1.563.166)	1.375.472
Fluxos das atividades operacionais (1)		(1.795.883)	(1.193.557)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	31	40.000	-
Juros e rendimentos similares		54.570.072	82.320.008
Dividendos		114.810	113.299
Outros		8.719.151	50.396.691
Empréstimos concedidos		6.936.590.903	6.265.043.939
		7.000.034.936	6.397.873.937
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	31	(2.861.307)	(250.000)
Ativos intangíveis		-	(387)
Empréstimos concedidos		(6.388.511.366)	(7.364.923.955)
		(6.391.372.673)	(7.365.174.342)
Fluxos das atividades de investimento (2)		608.662.263	(967.300.405)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		8.063.721.260	9.767.678.455
Investimentos financeiros	31	135.197.870	1.564.710.490
		8.198.919.130	11.332.388.945
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(8.674.915.564)	(9.201.333.354)
Investimentos financeiros	31	(14.197.054)	(1.105.156.700)
Juros e gastos similares		(66.692.586)	(70.336.749)
Dividendos	13	(40.000.000)	(40.000.000)
		(8.795.805.204)	(10.416.826.803)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(596.886.074)	915.562.142
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		9.980.306	(52.931.820)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	(12.322.046)	40.609.774
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	(2.341.740)	(12.322.046)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 6).

2 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo Interpretations Committee (“IFRS-IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras separadas intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2016, e que se encontram divulgados na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos relevantes nas

demonstrações financeiras anexas dado, na sua maioria não serem aplicáveis às demonstrações financeiras separadas da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

3.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

3.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 5.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 5.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerado que o efeito do desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 3.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas

situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transações altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor da filial em análise, baseado na avaliação através do

método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

3.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

3.10 Imposto sobre o rendimento

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas separadas sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.11 Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 23.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

4.1 Risco de mercado

Pela sua natureza e relevância, revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

4.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2016

teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 12,5 milhões euros (14,4 milhões euros em 2015), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

4.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras separadas das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

4.1.3 Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2016 a maturidade média da dívida da empresa, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,0 anos (2015: 4,1 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2016, o montante de empréstimos com vencimento em 2017 é de 154 milhões de euros (122 milhões de euros com vencimento para 2016) e em 31 de dezembro de 2016 a empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 52 milhões de euros (46 milhões de euros em 2015) com compromisso inferior ou igual a um ano e 335 milhões de euros (340 milhões de euros em 2015) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a empresa possuía em 31 de dezembro de 2016 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 12. Face ao anteriormente exposto a empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

4.2 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 3.5, a 31 de dezembro de 2016, foram classificados como segue:

Ativos financeiros		31.dezembro.2016			
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Outros ativos não correntes	8	1.149.120.000	1.149.120.000	-	1.149.120.000
		<u>1.149.120.000</u>	<u>1.149.120.000</u>	<u>-</u>	<u>1.149.120.000</u>
Ativos correntes					
Outras dívidas de terceiros	9	1.605.728.621	1.605.728.621	-	1.605.728.621
Outros ativos correntes	11	2.947.314	2.947.314	1.594.745	4.542.059
Caixa e equivalentes de caixa	12	215.967	215.967	-	215.967
		<u>1.608.891.902</u>	<u>1.608.891.902</u>	<u>1.594.745</u>	<u>1.610.486.647</u>
		<u>2.758.011.902</u>	<u>2.758.011.902</u>	<u>1.594.745</u>	<u>2.759.606.647</u>
Passivos financeiros		31.dezembro.2016			
	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	310.006.858	310.006.858	-	310.006.858
Empréstimos bancários	16	121.000.000	121.000.000	-	121.000.000
Outros passivos não correntes	17	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
		<u>831.006.858</u>	<u>831.006.858</u>	<u>-</u>	<u>831.006.858</u>
Passivos correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	2.998.517	2.998.517	-	2.998.517
Empréstimos bancários	16	150.557.707	150.557.707	-	150.557.707
Fornecedores	18	41.122	41.122	-	41.122
Outras dívidas a terceiros	19	567.053.117	567.053.117	-	567.053.117
Outros passivos correntes	20	3.324.996	3.324.996	-	3.324.996
		<u>723.975.459</u>	<u>723.975.459</u>	<u>-</u>	<u>723.975.459</u>
		<u>1.554.982.317</u>	<u>1.554.982.317</u>	<u>-</u>	<u>1.554.982.317</u>

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 3.5, a 31 de dezembro de 2015, foram classificados como segue:

Ativos financeiros		31.dezembro.2015			
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Outros ativos não correntes	8	1.194.041.341	1.194.041.341	-	1.194.041.341
		<u>1.194.041.341</u>	<u>1.194.041.341</u>	<u>-</u>	<u>1.194.041.341</u>
Ativos correntes					
Outras dívidas de terceiros	9	2.102.658.845	2.102.658.845	-	2.102.658.845
Outros ativos correntes	11	7.072.384	7.072.384	1.120.181	8.192.565
Caixa e equivalentes de caixa	12	131.553	131.553	-	131.553
		<u>2.109.862.782</u>	<u>2.109.862.782</u>	<u>1.120.181</u>	<u>2.110.982.963</u>
		<u>3.303.904.123</u>	<u>3.303.904.123</u>	<u>1.120.181</u>	<u>3.305.024.304</u>
Passivos financeiros		31.dezembro.2015			
	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	297.670.973	297.670.973	-	297.670.973
Empréstimos bancários	16	160.000.000	160.000.000	-	160.000.000
Outros passivos não correntes	17	400.234.375	400.234.375	-	400.234.375
		<u>857.905.348</u>	<u>857.905.348</u>	<u>-</u>	<u>857.905.348</u>
Passivos correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	49.962.080	49.962.080	-	49.962.080
Empréstimos bancários	16	72.453.599	72.453.599	-	72.453.599
Fornecedores	18	27.692	27.692	-	27.692
Outras dívidas a terceiros	19	1.203.086.434	1.203.086.434	-	1.203.086.434
Outros passivos correntes	20	6.144.439	6.144.439	-	6.144.439
		<u>1.331.674.244</u>	<u>1.331.674.244</u>	<u>-</u>	<u>1.331.674.244</u>
		<u>2.189.579.592</u>	<u>2.189.579.592</u>	<u>-</u>	<u>2.189.579.592</u>

6 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2016						
	% detenção	Custo de aquisição				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	22,75%	300.000	-	-	300.000	-	300.000
Azulino - Imobiliária, SA	-	498.025	-	498.025 (5)	-	-	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	2.265.000	-	2.265.000 (5)	-	-	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.669.375	-	1.669.375 (5)	-	-	-
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.394.591	-	-	2.394.591	2.394.591	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	-	477.848	-	477.848 (5)	-	-	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	2.390.191	-	2.390.191 (5)	-	-	-
Elergone Energia, Lda	75,00%	1.118.737	-	-	1.118.737	-	1.118.737
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	-	24.940	-	24.940 (5)	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	80,40%	103.497.607	-	-	103.497.607	-	103.497.607
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	-	27.334.891	47.054 (1)	27.381.945 (5)	-	-	-
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.359.000	-	1.359.000 (5)	-	-	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	-	24.940	-	24.940 (5)	-	-	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.559.940	7.000.000 (2)	8.559.940 (5)	-	-	-
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	-	109.736	-	109.736 (5)	-	-	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	100,00%	-	50.000 (1)	-	50.000	-	50.000
MDS, SGPS, SA	47,53%	59.766.920	-	-	59.766.920	17.770.000	41.996.920
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.809.397	-	1.809.397 (5)	-	-	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	3.280.000	21.510.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	-	10.655.164	-	10.655.164 (5)	-	-	-
MOVVO, SA	25,58%	991.315	2.260.746 (2) (3)	-	3.252.061	-	3.252.061
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	50.000	2.050.000 (2) (3)	-	2.100.000	-	2.100.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	-	6.372.293	-	6.372.293 (5)	-	-	-
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	-	50.000	-	50.000 (5)	-	-	-
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	100,00%	-	50.000 (4)	-	50.000	-	50.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	-	550.000	-	550.000 (5)	-	-	-
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	-	133.162	-	133.162 (6)	-	-	-
Sonae Capital Brasil, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	19.600.308	19.600.308	-
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	1.438.804.276	-	-	1.438.804.276	63.300.000	1.375.504.276
Sonae Financial Services, SA	100,00%	12.330.000	5.000.000 (2)	-	17.330.000	-	17.330.000
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	-	1	-	1
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Valor N, SA	-	2.087.315	-	2.087.315 (5)	-	-	-
Total		1.782.945.633	16.457.800	66.418.271	1.732.985.162	107.293.277	1.625.691.885

- (1) Aquisição;
- (2) Cobertura de prejuízos/prestações acessórias;
- (3) Aumento de capital ;
- (4) Constituição;
- (5) Alienação a entidades relacionada;
- (6) Alienação a entidades não relacionadas.

Durante o exercício de 2016 foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital em subsidiárias conforme nota 21 e 24.

Em resultado das alienações efetuadas no exercício, foram revertidas perdas por imparidade e reconhecidos ganhos conforme notas 21 e 24.

Empresa	31.dezembro.2015						
	% detenção	Custo de aquisição				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	22,75%	300.000	-	-	300.000	-	300.000
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	498.025	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.265.000	-	-	2.265.000	700.000	1.565.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	1.669.375	1.557.375	112.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.394.591	-	-	2.394.591	2.394.591	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	477.848	-	477.848
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.390.191	-	-	2.390.191	945.191	1.445.000
Elergone Energia, Lda	75,00%	-	1.118.737	(1)	1.118.737	-	1.118.737
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	57,82%	69.415.155	34.082.452	(1)	103.497.607	-	103.497.607
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	74,94%	108.760.470	4.243	(1)	81.429.822	(5)	27.334.891
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.359.000	-	-	1.359.000	-	1.359.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.429.940	130.000	(2)	1.559.940	1.559.940	-
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	109.736	-	109.736
MDS, SGPS, SA	46,92%	51.000.000	8.766.920	(4)	59.766.920	9.570.000	50.196.920
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	1.809.397	1.619.397	190.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	3.280.000	21.510.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	10.655.164	-	-	10.655.164	642.516	10.012.648
MOVVO, SA	9,09%	400.000	591.315	(1)	991.315	-	991.315
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	50.000	-	-	50.000	-	50.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	6.372.293	-	6.372.293
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	50.000	-	-	50.000	-	50.000
Raso, SGPS, SA	-	24.500.000	43.262.690	(1) (3)	67.762.690	(6)	-
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	550.000	-	550.000
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	11,12%	133.162	-	-	133.162	-	133.162
Sonae Capital Brasil, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	19.600.308	19.600.308	-
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	41,96%	423.698.276	1.015.106.000	(1)	1.438.804.276	63.300.000	1.375.504.276
Sonae Financial Services, SA	100,00%	350.000	11.980.000	(2) (3)	12.330.000	-	12.330.000
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	-	1	-	1
Sonae gest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	2.087.315	-	2.087.315
Total		817.095.788	1.115.042.357	149.192.512	1.782.945.633	106.117.697	1.676.827.937

- (1) Aquisição;
- (2) Cobertura de prejuízos;
- (3) Aumento de capital ;
- (4) Aumento de capital por conversão de suprimentos;
- (5) Alienação a entidades relacionadas;
- (6) Alienação a entidades não relacionadas;

Durante o exercício de 2015 foram registadas perdas por imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme notas 21 e 24.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1.413.704	-	1.413.704
Aumentos	-	388	388
Transferências / abates	388	(388)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.414.092	-	1.414.092
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1.414.092	-	1.414.092
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1.413.476	-	1.413.476
Aumentos	181	-	181
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.413.657	-	1.413.657
Aumentos	219	-	219
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1.413.876	-	1.413.876
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2015	435	-	435
A 31 de dezembro de 2016	215	-	215

8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Empréstimos concedidos (nota 33)	1.149.080.000	1.193.513.723
Outras dívidas de terceiros	40.000	527.618
	1.149.120.000	1.194.041.341

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas têm uma natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 3.5.

No exercício de 2016 encontram-se registadas perdas por imparidade no montante de 3.241.916 euros no empréstimo concedido à Sonae Capital Brasil, Ltda (9.118.031 euros em 2015 nos empréstimos concedidos à Sonae Capital Brasil, Ltda e à Imomuro – Sociedade Imobiliária, SA) (nota 21).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os empréstimos concedidos não se encontram vencidos.

Na rubrica outras dívidas de terceiros encontra-se registado o montante de 40.000 euros referente à alienação da totalidade do capital detido na sociedade Soliférias - Operadores Turísticos, SA, a entidade não relacionada (nota 6 e nota 9), cujo recebimento ocorrerá a 16 de maio de 2018.

Adicionalmente, está registado na mesma rubrica o montante a receber relativo à alienação de uma participação financeira para a qual se encontra reconhecida uma imparidade total do valor a receber no montante de 2.450.000 euros (2.450.000 euros em 2015) (nota 21).

9 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Empréstimos de curto prazo (nota 33)	1.564.872.949	2.062.612.216
Juros por liquidar	30.448.655	20.752.285
Impostos - RETGS	5.149.159	13.148.034
Liquidações adicionais IRC	17.721	17.721
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3 de novembro)	1.002.114	-
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro)	2.795.019	2.795.019
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro)	788.298	788.298
Devedores investimentos financeiros	575.714	2.482.072
Outros	78.992	63.200
	1.605.728.621	2.102.658.845

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Do montante de 5.149.159 euros (13.148.034 euros a 31 dezembro 2015) registado na rubrica impostos, 1.540.494 euros (1.613.472 euros a 31 dezembro 2015) corresponde a impostos de exercícios anteriores apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, das quais a Empresa era dominante. O remanescente no montante de 3.608.665 euros (11.534.562 euros a 31 dezembro 2015) corresponde ao montante a receber relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, no qual a Sonae, SGPS, SA a partir de 2014 é a sociedade dominante.

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2016 de 3 de novembro), correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

Do montante de 575.714 euros registado na rubrica devedores de investimentos financeiros, 535.714 euros refere-se ao valor em dívida decorrente da alienação da totalidade do capital detido na sociedade Raso, SGPS, SA a entidade não relacionada, cujo recebimento ocorrerá a 21 de março de 2017 e 40.000 euros decorrente da alienação da totalidade do capital detido na sociedade Soliférias - Operadores Turísticos, SA cujo recebimento ocorrerá a 16 de maio de 2017 (nota 8).

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

10 ESTADO E OUTROS ENTRES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Imposto sobre o rendimento	8.362.480	8.323.773
Outros	120	-
Saldos devedores	8.362.600	8.323.773
	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Imposto sobre o rendimento	1.893.202	1.893.202
Imposto sobre o valor acrescentado	24	19
Contribuições para a segurança social	719	630
Retenção de imposto sobre rendimentos	3	12.951
Outros	-	14.999
Saldos credores	1.893.948	1.921.801

O valor na rubrica saldos devedores corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsado.

11 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de outros ativos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Juros a receber	2.377.105	6.383.417
Juros de mora ou indemnizatórios	187.030	187.030
Fianças	338.179	337.463
Outros	45.000	164.475
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.947.314	7.072.385
Seguros	171.091	165.859
Custos com emissão de dívida	1.418.335	954.321
Outros	5.319	-
Gastos diferidos	1.594.745	1.120.180
	4.542.059	8.192.565

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Depósitos bancários	215.967	131.553
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	215.967	131.553
Descobertos bancários	(2.557.707)	(12.453.599)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	(2.341.740)	(12.322.046)

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

13 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1 euro.

A subsidiária, Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, é detentora de 100.000.000 ações Sonae Investimentos. Estas ações são consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2016, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de 20.156.409 euros foi transferido para resultados transitados, tendo sido deliberado transferir reservas livres no montante 22.356.729 euros para cobertura de resultados transitados. Na referida Assembleia Geral foi deliberado proceder à distribuição de 40.000.000 euros, de reservas livres.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Sonae, SGPS, SA	25,0287%	25,0287%
Sonae Investments BV	13,1419%	13,1419%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,0000%	10,0000%
Sonaecenter Serviços, SA	51,8269%	51,8269%
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	0,0025%	0,0025%

Em 31 de dezembro de 2016 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA, empresa que direta e indiretamente detém 100% da sociedade.

14 RESERVAS LEGAIS

A Empresa constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais.

15 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de reservas e resultados transitados era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Reserva nos termos do artº 324º CSC	320.000.000	320.000.000
Entradas facultativas de capital	372.000.000	372.000.000
Outras reservas	895.734.790	958.091.519
	<u>1.587.734.790</u>	<u>1.650.091.519</u>

Na sequência da detenção de ações da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

16 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	50.000.000	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	50.000.000	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2020	75.000.000	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	30.000.000	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	95.000.000	-
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	12.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(1.993.142)	(2.329.027)
Empréstimos obrigacionistas	310.006.858	297.670.973
Papel comercial	121.000.000	160.000.000
Empréstimos bancários	121.000.000	160.000.000
Empréstimos não correntes	431.006.858	457.670.973
Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / 2016/2021	3.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(1.483)	(37.920)
Empréstimos obrigacionistas	2.998.517	49.962.080
Papel comercial	148.000.000	60.000.000
Descobertos bancários (nota 12)	2.557.707	12.453.599
Empréstimos bancários	150.557.707	72.453.599
Empréstimos correntes	153.556.224	122.415.679

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de

caixa descontados. Os empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	31.dezembro.2016		31.dezembro.2015	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2016	153.557.707	7.884.057	122.453.599	14.941.028
2017	60.500.000	6.468.024	175.000.000	9.452.231
2018	10.500.000	5.522.376	50.000.000	5.204.924
2019	163.000.000	4.741.014	30.000.000	3.619.094
2020	199.000.000	1.560.751	205.000.000	2.458.518
	586.557.707	26.176.222	582.453.599	35.675.795

Em 31 de dezembro de 2016 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para além dos montantes referidos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 12) a empresa dispunha ainda das linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31.dezembro.2016		31.dezembro.2015	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	203.000.000	456.000.000	118.000.000	500.000.000
Montante de linhas disponíveis	52.442.293	335.000.000	45.546.401	340.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,43% (2,73% em 31 de dezembro 2015).

17 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Empréstimos obtidos	400.000.000	400.000.000
Outros	-	234.375
	400.000.000	400.234.375

O montante de 400.000.000 euros registado a 31 de dezembro de 2016 e 2015 na rubrica empréstimos obtidos está relacionado com um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo.

O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2016 é de 52.994 euros (56.404 euros em 31 de dezembro de 2015) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro de referencia da transação realizada entre a Sonae SGPS, SA, Sonae Investments, BV e a Sontel, BV.

A 31 de dezembro de 2016 a Sontel, BV detinha a totalidade das obrigações (Em 2015 a Sonae, SGPS, SA e a Sonae Investments, BV detinham 6.948 e 1.052 obrigações respetivamente).

18 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa.

19 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Empresas do grupo:		
Empréstimos de curto prazo (nota 33)	562.219.082	1.187.413.386
Impostos - RETGS	4.532.087	14.023.723
Fornecedores de investimentos	268.175	634.362
Outros	33.773	1.014.963
	567.053.117	1.203.086.434

O montante de 4.532.087 euros registado na rubrica impostos (6.150.380 euros em 31 de dezembro de 2015), corresponde ao imposto de exercícios anteriores apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, da qual a Empresa era dominante até 2013.

Do montante registado em 2015, 7.873.343 euros corresponde ao montante a pagar relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, no qual a Sonae, SGPS, SA a partir de 2014 é a sociedade dominante.

O montante de 268.175 euros (634.362 euros em 31 de dezembro de 2015) registado na rubrica fornecedores de investimentos corresponde ao montante em dívida pela aquisição da sociedade Elergone Energia, Lda.

20 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Juros a liquidar	1.618.268	4.344.446
Fianças	1.372.154	1.265.146
Outros	334.574	534.847
Credores por acréscimos de gastos	3.324.996	6.144.439

21 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Imparidade em investimentos (notas 6 e 24)	106.117.697	8.200.000	12.900.535	5.876.115	107.293.277
Imparidade em outros ativos não correntes (nota 8)	11.568.031	-	-	(5.876.115)	5.691.916

Os aumentos e diminuições registados encontram-se refletidos na demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

22 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso		
Garantias bancárias	86.763.780	86.763.780
Fianças prestadas pela empresa mãe	255.152.531	255.152.531
por processos autárquicos em curso	-	28.938
outras	12.403.113	10.633.113
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	62.888.849	62.926.569

- a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados, a correções efetuadas pela Administração Fiscal ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes a cobertura de prejuízos acumulados por sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação, bem como à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada, e correções efetuadas pela Administração Fiscal relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2016 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 6.785.751 euros (5.783.637 euros em 31 de dezembro de 2015) tendo sido canceladas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

23 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos:	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Acionistas	3.671.763	11.600.933
Empresas subsidiárias	34.701.540	29.131.749
Empresas associadas	9.545	77.645
Contas a receber	38.382.848	40.810.327
Acionistas	1.372.154	9.494.044
Empresas subsidiárias	5.165.471	8.344.335
Empresas associadas	-	511.213
Outras partes relacionadas	355.747	191
Contas a pagar	6.893.372	18.349.783
Empresas subsidiárias	2.716.543.747	3.262.315.137
Empresas associadas	651.119	2.928.832
Empréstimos concedidos	2.717.194.865	3.265.243.969
Acionistas (nota 17)	-	400.000.000
Empresas subsidiárias	562.219.082	1.187.413.386
Outras partes relacionadas (nota 17)	400.000.000	-
Empréstimos obtidos	962.219.082	1.587.413.386
Transações:	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Acionistas	1.426.728	1.367.907
Empresas subsidiárias	-	327
Empresas associadas	25.494	21.707
Outras partes relacionadas	139	141
Compras e serviços recebidos	1.452.361	1.390.082
Acionistas	64.684	67.166
Empresas subsidiárias	300.162	467.261
Empresas associadas	-	28
Outros rendimentos	364.847	534.455
Acionistas	-	1.661
Empresas subsidiárias	59.506.501	78.973.519
Empresas associadas	89.745	341.041
Juros auferidos	59.596.245	79.316.221
Acionistas	33.673.053	34.255.426
Empresas subsidiárias	13.346.715	12.077.836
Outras partes relacionadas	467.448	72.256
Juros suportados	47.487.216	46.405.518
Empresas subsidiárias	114.810	113.299
Dividendos auferidos	114.810	113.299
Empresas subsidiárias	8.719.151	43.398.639
Rendimentos unidades de participação	8.719.151	43.398.639
Empresas subsidiárias	132.697.871	99.952.690
Alienação de investimentos financeiros	132.697.871	99.952.690
Empresas subsidiárias	50.000	1.015.106.000
Aquisição de investimentos financeiros	50.000	1.015.106.000

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 2.274.217.272 euros (2.503.169.900 euros em 2015), tendo sido liquidados 2.274.217.272 euros (2.503.169.900 euros em 2015).

Em 2016 e 2015, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Não foi atribuída qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

24 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Dividendos:		
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	114.810	113.299
	<u>114.810</u>	<u>113.299</u>
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	3.239.706	2.633.848
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	5.479.445	40.764.791
	<u>8.719.151</u>	<u>43.398.639</u>
Reversão / (perdas) de imparidade (nota 6 e 21):		
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	700.000	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	1.557.375	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	945.191	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	7.436.055	(6.930.000)
MDS, SGPS, SA	(8.200.000)	(9.570.000)
Modelo Hiper Imobiliária, SA	642.516	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	1.619.397	-
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	-	(63.300.000)
Sonae Capital Brasil, SA	-	(3.538.687)
Raso, SGPS, SA	-	2.262.690
	<u>4.700.534</u>	<u>(81.075.997)</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos:		
Azulino - Imobiliária, SA	1.048.253	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	11.139.405	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	4.068.995	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	5.879.403	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	5.119.443	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	1.582.033	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	2.780.707	18.522.869
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	13.816.785	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	462.670	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	(7.434.591)	-
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	152.114	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.104.317	-
Modelo Hiper Imobiliária, SA	1.077.836	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	10.899.005	-
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	1.617.925	-
Raso, SGPS, SA	-	(6.526.514)
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	10.489.116	-
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	(13.162)	-
Valor N, SA	1.609.345	-
	<u>66.399.599</u>	<u>11.996.355</u>
	<u>79.934.094</u>	<u>(25.567.704)</u>

25 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	11.479	10.755
relativos a empréstimos concedidos	59.596.245	79.668.416
outros	26.024	182.326
Outros ganhos financeiros	682.837	5.972.750
Rendimentos e ganhos financeiros	60.316.585	85.834.247
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(2.568.943)	(1.762.880)
relativos a obrigações não convertíveis	(9.344.504)	(16.327.731)
relativos a empréstimos obtidos	(47.487.216)	(46.405.518)
Outros gastos e perdas financeiras		
encargos com emissão de dívida	(4.246.824)	(5.613.728)
outros gastos e perdas financeiras	(9.426)	(8.330)
Gastos e perdas financeiras	(63.656.913)	(70.118.187)

26 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Recuperação de encargos	21.535	188.699
Fianças	352.009	364.980
Outros proveitos operacionais	9.712	26.558
	383.256	580.237

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Trabalhos especializados	153.880	63.103
Serviços bancários	1.106.600	1.134.593
Seguros	504.897	613.097
Contencioso e notariado	31.270	17.425
Fianças	1.426.728	1.367.907
Outros fornecimentos e serviços	1.634	1.240
	3.225.009	3.197.365

28 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante registado na rubrica outros gastos diz essencialmente respeito a imposto do selo.

29 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Imposto corrente	(3.668.390)	7.377.193
Imposto diferido	(802.715)	-
Total	(4.471.105)	7.377.193

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Resultado antes de imposto	73.638.921	(12.779.216)
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	15.464.173	(2.683.635)
Perdas de imparidade não aceites fiscalmente	1.722.000	18.970.715
Reversão perdas de imparidade não aceites fiscalmente	(2.709.112)	(1.944.756)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	(3.668.390)	(496.150)
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(15.262.767)	(8.164.288)
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(24.110)	(23.793)
Outros	7.101	7.037
Derrama	-	1.712.063
Imposto sobre o rendimento	(4.471.105)	7.377.193

30 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	78.110.026	(20.156.409)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	78.110.026	(20.156.409)
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,0868	(0,0224)

31 RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Atividades de investimento:

	31.dezembro.2016		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Elergone - Energia Lda	-	-	600.561
MOVVO, SA	550.001	-	2.260.746
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	(120.000)	40.000	-
	430.001	40.000	2.861.307
	31.dezembro.2015		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Elergone - Energia Lda	1.118.737	-	250.000
	1.118.737	-	250.000

Atividades de financiamento:

	31.dezembro.2016		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Azulino - Imobiliária, SA	(1.546.279)	1.546.279	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	(13.404.405)	13.404.405	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	(5.738.370)	5.738.370	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	(6.357.251)	6.357.251	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	(7.509.634)	7.509.634	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	(1.606.973)	1.606.973	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	(30.162.652)	30.162.651	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	47.053	-	47.054
Igíinha - Sociedade Imobiliária, SA	(15.175.785)	15.175.785	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	(487.610)	487.610	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	(1.125.349)	1.125.349	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	7.000.000	-	7.000.000
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	(261.850)	261.850	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	50.000	-	50.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	(3.913.714)	3.913.714	-
Modelo Hiper Imobiliária, SA	(11.733.000)	11.733.000	-
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	2.050.000	-	2.050.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	(17.271.298)	17.271.298	-
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	(1.667.925)	1.667.925	-
Raso, SGPS, SA	-	2.500.000	-
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	50.000	-	50.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	(11.039.116)	11.039.116	-
Sonae Financial Services, SA	5.000.000	-	5.000.000
Valor N, SA	(3.696.660)	3.696.660	-
	(118.500.818)	135.197.870	14.197.054

	31.dezembro.2015		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	34.082.452	-	34.082.452
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	4.243	-	4.243
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	(99.952.690)	99.952.690	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	130.000	-	130.000
Modelo.Com - Vendas por Correspondência,SA	-	13.132.800	-
MOVVO, SA	591.315	-	591.315
Raso, SGPS, SA	43.262.690	-	43.262.690
Raso, SGPS, SA	(32.037.500)	29.000.000	-
Sonae Financial Services, SA	11.980.000	-	11.980.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	1.015.106.000	-	1.015.106.000
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	-	1.422.625.000	-
	973.166.510	1.564.710.490	1.105.156.700

32 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2017. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

33 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Azulino - Imobiliária, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha - Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA

Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, SA

Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA

Sonae Capital Brasil, Ltda

Sonae Center Serviços II, SA

Valor N, SA

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Azulino - Imobiliária, SA

BB Food Service, SA

Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA

Bom Momento - Restauração, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Discovery Sports, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Elergone Energia, Lda

Farmácia Selecção, SA

Fashion Division, SA

Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha - Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema- Sociedade Imobiliária, SA
Infofield – Informática, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA
MJB – Design, Lda
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Modalfa – Comércio e Serviços, SA
Modalloop – Vestuário e Calçado, SA
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA
Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, SA
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA
SDSR – Sport Division SR, SA
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
Sonae Financial Services, SA
Sonae Center Serviços II, SA
Sonaecenter, Serviços, SA
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae SGPS, SA
Sonaerp – Retail Properties, SA
Sonaesr – Serviços e Logística, SA
Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Textil do Marco, SA

Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, SA

Valor N, SA

Worten – Equipamentos para o Lar, SA

Zippy - Comércio e Distribuição, SA

Zyevolution – Investigação e Desenvolvimento, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2016
Azulino - Imobiliária, SA	150.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	113.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	3.076.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	115.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	72.000
Discovery Sports, SA	206.000
Elergone - Energia Lda	940.000
Fashion Division, SA	29.230.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	25.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	81.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	508.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	54.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	140.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	59.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	13.000
MJB - Design, Lda	941.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	85.000
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	5.853.971
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	313.000
Modelo Continente Hipermercados, SA	578.744.000
MDS SGPS, SA	651.119
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	4.469.000
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	238.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	1.556.169
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	359.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	264.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	179.000
Sonae Capital Brasil, Ltda	6.200.628
Sonae Center Serviços II, SA	46.152.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	1.994.960.000
Sonaerp - Retail Properties, SA	39.655.478
Sondis Imobiliária, SA	313.000
Valor N, SA	251.000
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	841.500
Zyevolution Investigação e Desenvolvimento, SA	386.000
	2.717.194.865

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

<u>Empresa</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
BB Food Service, SA	761.000
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	12.462.000
Bom Momento - Comercio Retalista, SA	216.000
Continente Hipermercados, SA	189.186.082
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	2.307.000
Farmácia Selecção, SA	701.000
Infofield - Informática, SA	661.000
Modelo Hiper Imobiliária, SA	4.489.000
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	5.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	4.201.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	19.248.000
SDSR - Sports Division SR, SA	111.200.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	37.868.000
SonaeSR - Serviços e Logística, SA	2.361.000
Têxtil do Marco, SA	1.311.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	44.000
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	175.198.000
	<u>562.219.082</u>

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 18 de abril de 2017.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas de Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidenciam um total de 3.748.115.638 euros e 4.393.661.347 euros, respetivamente um total de capital próprio de 792.184.533 euros e 2.836.785.082 euros, respetivamente, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-mãe de 80.471.632 euros e um resultado líquido da Entidade de 78.110.026 euros, respetivamente), as demonstrações consolidada e separada dos resultados, as demonstrações consolidada e separada do rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada e separada da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e separados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
--	--

Imparidade de Goodwill e outros ativos não correntes

(Notas 2.2, 2.8, 2.12 a), 8 a 11 e 32 do Anexo às das demonstrações financeiras consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2016, o valor contabilístico de goodwill ascendia a 542 milhões de euros, de ativos fixos tangíveis a 1.607 milhões de euros e de ativos intangíveis a 333 milhões de euros.

Conforme indicado nas Notas 2.2 e 2.8, o Grupo reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico.

Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.

Em determinadas situações, nomeadamente perante ativos imobiliários, o Grupo procede à determinação do valor de venda (menos custos de alienação), recorrendo, nestes casos, essencialmente, a avaliações realizadas por especialistas. Tais processos de avaliação envolvem igualmente diversos pressupostos.

Como resultado do seu processo de análise, o Grupo registou, nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016, perdas de imparidade no montante de 9,2 milhões de euros em relação a ativos fixos tangíveis (Nota 32).

Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos ativos não correntes do Grupo, avaliação da recuperabilidade dos montantes de goodwill e unidades geradoras de caixa com goodwill associado, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas de imparidade nas situações em que o Grupo identifica indícios de imparidade em ativos não correntes.

No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pelo Grupo no processo de avaliação de imparidade, a nossa análise incluiu:

- avaliação dos critérios definidos pelo Grupo para determinação das unidades geradoras de caixa;
- obtenção dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética desses modelos;
- avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável;
- avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, envolvendo, quando considerado necessário, especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos utilizados, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento de curto e longo prazo utilizadas, para além dos próprios fluxos de caixa previsionais;
- realização de discussões com os órgãos de gestão e seus representantes;
- execução de análises de sensibilidade à robustez dos pressupostos e previsões utilizados.

Relativamente aos ativos que foram alvo de avaliações com base em valores de mercado, avaliamos os pressupostos de rendas e yields utilizados pelo Grupo e pelos seus avaliadores na sua determinação, avaliando a adequacidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com as avaliações realizadas em exercícios anteriores.

Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

Recuperação de ativos não correntes e impostos diferidos ativos nas operações de retalho do Grupo em Espanha

(Notas 6.1, 8 e 19 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

O Grupo mantém um montante de, aproximadamente, 14 milhões de euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais registado nas suas demonstrações financeiras referente às suas operações de retalho em Espanha (Nota 19) tendo procedido à reversão de, aproximadamente, 28 milhões de euros de ativos por impostos diferidos no quarto trimestre de 2016.

Adicionalmente, o valor de ativos não correntes naquela geografia ascende a, aproximadamente, 111 milhões de euros (Nota 6.1).

Obtivemos a documentação com a estimativa do órgão de gestão sobre a recuperação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais na área de retalho em Espanha. Sobre esta documentação realizamos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- validamos a correção aritmética da estimativa e sua adequação com as regras fiscais vigentes em Espanha;
- verificamos a consistência do plano de recuperação dos prejuízos fiscais registados com os planos de negócio providenciados pelo Grupo para análise e avaliação de perdas de imparidade sobre goodwill e ativos não correntes;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Durante os últimos exercícios, o Grupo Sonae efetuou uma reestruturação do seu conceito de loja em Espanha (Nota 8).</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos depende do sucesso das operações de reestruturação efetuadas e da concretização dos planos de negócios estimados, sendo que a análise da recuperabilidade dos mesmos é uma área de elevado grau de julgamento e incerteza, nomeadamente tendo em linha de conta o histórico de perdas assumidas ao nível do negócio de retalho em Espanha e bem assim o prazo alargado estimado de recuperação dos ativos por impostos diferidos (10 anos) (Nota 19).</p> <p>Pelas razões acima descritas, consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • analisamos a evolução dos processos fiscais do Grupo em Espanha relativos a prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores para os quais não se encontram registados ativos por impostos diferidos, bem como os eventuais impactos da sua resolução ao nível dos resultados tributáveis futuros do Grupo; • efetuamos uma análise específica sobre as operações de Espanha, nomeadamente verificando a capacidade das empresas tributadas pelo regime do consolidado fiscal em Espanha gerarem resultados tributáveis positivos, capazes de absorver os prejuízos fiscais acumulados para os quais foram registados ativos por impostos diferidos; • avaliamos os principais pressupostos utilizados pela Gestão relativamente às operações de retalho do Grupo em Espanha.

Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores

(Notas 2.10, 18 e 38 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme descrito nas Notas 2.10 e 38 do Anexo às demonstrações financeiras o Grupo Sonae, através dos seus Segmentos operacionais da área de retalho, efetua um conjunto significativo de contratos com fornecedores que originam receitas comerciais com os mesmos.</p> <p>Os rendimentos obtidos junto de fornecedores são uma área de foco de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, complexidade e volume das transações efetuadas.</p> <p>Genericamente, este tipo de rendimento tem essencialmente duas naturezas:</p> <p>(i) Em função de compras a fornecedores, sendo os descontos recebidos registados como dedução aos valores de custo das vendas. A determinação do volume de compras efetuadas ou a efetuar ao longo do exercício e a multiplicidade de critérios na determinação dos produtos abrangidos por tais acordos incrementa significativamente a complexidade de cálculo dos referidos acordos;</p> <p>(ii) Associadas a contratos promocionais relativos a ações específicas, colocação de artigos em loja em localizações determinadas, em função de vendas a clientes finais entre outras naturezas, não diretamente associados a processos de compra de mercadoria, que são registados pelo Grupo como Outros proveitos operacionais (Nota 38).</p> <p>O registo contabilístico de cada uma das naturezas de rendimentos acima identificados implica a existência de contratos formalizados, uma análise detalhada dos termos definidos no contrato, exercício de julgamento na sua classificação, e tempestividade do registo da receita, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais sendo o registo contabilístico maioritariamente diário e automático com base nas referidas tipologias de acordos.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a análise do desenho e implementação de controlos na área de receitas comerciais, bem como a avaliação da operacionalidade dos controlos considerados como relevantes.</p> <p>A análise da operacionalidade dos controlos implementados pelo Grupo incluiu não só a análise de procedimentos estabelecidos sobre os contratos, sua realização, aprovação e acordo com fornecedor, mas também procedimentos de controlo estabelecidos sobre sistemas de suporte, e interfaces de informação com base nos quais são efetuados cálculos, como é o caso dos contratos cujo valor é calculado em função dos volumes de compras, de forma a garantir a plenitude e correção dos dados.</p> <p>Adicionalmente, realizamos ainda os seguintes procedimentos, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • realização de diversos procedimentos analíticos, nomeadamente envolvendo análise de evoluções mensais, análise de rácios de receita sobre compras, comparação de rácios com os verificados em exercícios anteriores; • para uma amostra de contratos, selecionados de acordo com critérios qualitativos e quantitativos, realizamos uma avaliação dos mesmos, verificando que os mesmos se encontravam devidamente acordados com os respetivos fornecedores; • para a amostra acima referida, efetuámos o recálculo dos valores de desconto implícitos por contrato, realizando o seu confronto com os registos contabilísticos do Grupo e, quando aplicável, validamos igualmente os dados de compras usados no processo de cálculo; • Para a amostra acima referida, validamos a adequacidade do tratamento contabilístico dado aos referidos contratos; • Selecionamos ainda uma amostra específica sobre contratos cujo valor do rendimento se encontra especializado no final do exercício, validando a contratualização e acordo com o fornecedor e adequacidade da especialização efetuada. Adicionalmente, efetuamos ainda procedimentos específicos de validação do correto corte de operações, nomeadamente através da análise de créditos subsequentes efetuados;
--	--

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Dada a natureza das operações do Grupo na área de retalho, a materialidade dos montantes em análise, e os julgamentos implícitos no processo de registo dos contratos estabelecidos com os fornecedores, consideramos existir um risco de que os contratos não se encontrem devidamente formalizados com os fornecedores ou que os mesmos não estejam corretamente relevados nas demonstrações financeiras do Grupo conforme as políticas contabilísticas utilizadas.</p> <p>Desta forma consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Adicionalmente efetuamos procedimentos com o objetivo de identificar transações não frequentes, nomeadamente as que pelo seu quantitativo ou frequência não estão de acordo com o padrão habitual de registo ou ajustamentos manuais ao processo de reconhecimento de receitas. Para essas situações, incluindo as situações em que as mesmas originaram acréscimos de rendimento, efetuamos uma amostra de maior dimensão, atendendo ao maior risco de distorção, e validamos a natureza dos mesmos, obtendo justificação para o seu registo não ter seguido o processo habitual de reconhecimento de receita, bem como suporte para o seu reconhecimento como proveito. <p>Para além dos procedimentos acima descritos, solicitamos a confirmação de saldos e outras informações para uma amostra de fornecedores do Grupo, selecionados de acordo com a sua relevância nas compras do Grupo, mas também tomando em linha de conta critérios qualitativos identificados pela equipa de auditoria. Analisamos, quando aplicável, a reconciliação entre a informação constante nas respostas obtidas e os registos contabilísticos do Grupo.</p>

Imparidade de inventários

(Notas 2.10 e 14 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme referido na Nota 14, a 31 de dezembro de 2016, o Grupo detém, aproximadamente, 696 milhões de euros registados na rubrica de Inventários, sendo que a análise do valor de recuperação de inventários é necessariamente uma área de julgamento significativa, e cuja complexidade é incrementada pelo facto de tais inventários estarem dispersos por mais de 1.100 lojas e por diversos entrepostos, bem como pelo facto do Grupo operar em diversos setores de retalho, desde retalho alimentar, eletrónica, vestuário e desporto.</p> <p>A definição de um critério de identificação de itens que possam ser classificados como obsoletos ou de rotação reduzida e consequentemente o seu valor líquido de realização possa ser inferior ao seu valor de custo, assim como os critérios de ajustamento definidos, são uma área de julgamento significativo. Desta forma consideramos que a imparidade de inventários é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria compreenderam a análise do processo de valorização de inventários realizado pelo Grupo, verificando a sua adequação com o normativo contabilístico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Analisamos os critérios definidos pelo Grupo para a identificação de itens com rotação reduzida ou obsoletos, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir os valores de inventários ao seu valor de realização; Testámos a eficácia operacional dos controlos estabelecidos pelo Grupo no que respeita a inventários, incluindo a correta integração dos sistemas de informação envolvidos e os controlos informáticos aplicáveis a esses sistemas; Obtivemos do Grupo a sua análise interna sobre o critério definido, realizado através do confronto dos critérios estabelecidos face à informação histórica recente; Para uma amostra aleatória de itens selecionados, validamos a correção aritmética da aplicação do critério providenciado.
--	--

Contingências fiscais

(Notas 2.11, 2.13, 2.14, 32 e 33 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo detém um número e montante significativo de posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos Tribunais fiscais competentes, de montante material (Nota 33), para os quais a esta data foram providenciadas garantias ou fianças de montante superior a 980 milhões de euros (as quais consideraram para além do tributo o valor de outros encargos estimados), parte significativa das quais (557 milhões de euros) relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre Valor Acrescentado ("IVA") sobre receitas comerciais obtidas junto de fornecedores e que a Administração Tributária considera deverem estar sujeitas a IVA, bem como sobre valores regularizados</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais, e com o apoio dos nossos especialistas fiscais, incluem os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Obtivemos do departamento fiscal corporativo do Grupo, e para as subsidiárias significativas do Grupo, uma relação de processos fiscais em curso, bem como outros litígios fiscais ainda em processo de avaliação por parte das Autoridades Fiscais, mas que não foram ainda alvo de contestação por parte do Grupo; Para uma amostra de situações existentes, com base em critérios qualitativos e quantitativos, obtivemos a avaliação efetuada e a respetiva documentação dos processos em análise;
---	--

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>a favor do Grupo referentes a descontos comerciais concedidos a clientes sob a forma de talão.</p> <p>A classificação da litigância em concreto como passivo contingente ou como provisão bem como a sua mensuração são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para a amostra acima referida, efetuamos uma análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais, avaliamos as reclamações efetuadas pelo Grupo e as contestações, no caso de processos que já se encontram em Tribunal; • Debatemos com a Empresa, os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão; • Para a amostra acima referida, efetuamos a corroboração dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação da contingência com base em evidência e correspondência existente relacionada com esses processos; • Procedemos à avaliação das divulgações sobre estas matérias.

Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais

(Notas 5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas pelo Grupo algumas transações significativas e não usuais, nomeadamente, aquisição do Grupo Salsa (Nota 5.1), e finalização do processo de imputação de justo valor relativamente à aquisição da Losan efetuada em 2015 (Nota 5.3) e a realização de diversas operações de <i>Sale and Leaseback</i> de imóveis (Nota 8).</p> <p>Em junho de 2016, o Grupo adquiriu o controlo sobre o Grupo Salsa, através da aquisição de 50% do número de ações representativas do seu capital, tendo efetuado uma avaliação preliminar do justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos (Nota 5.1), reconhecendo Goodwill no montante de 43 milhões de euros.</p> <p>Durante o exercício, o Grupo finalizou o processo de imputação de justo valor a ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos em resultado da aquisição da Losan (Nota 5.3), tendo sido reconhecidos ajustamentos líquidos positivos ao valor dos ativos líquidos reconhecidos no montante de, aproximadamente, 18 milhões de euros.</p> <p>Adicionalmente, e conforme referido na Nota 8, durante o exercício o Grupo procedeu à alienação de um conjunto de imóveis diretamente, os quais se encontravam registados como ativos fixos tangíveis e como ativos não correntes detidos para venda, bem como através da alienação de uma subsidiária (Nota 5.2). Tais alienações foram efetuadas conjuntamente com a celebração de contratos de locação operacional, tendo dado origem ao reconhecimento de mais-valias de aproximadamente, 70 milhões de euros (Notas 5.2 e 8).</p> <p>Tendo em consideração a utilização de estimativas relevantes, do conceito de justo valor, e o exercício de julgamento por parte do Conselho de Administração quer no que respeita à avaliação de controlo quer no que respeita à classificação das locações referidas bem como a materialidade das transações, entendemos as operações supramencionadas como matérias relevantes de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria relativamente às operações de aquisição da Salsa e Losan compreenderam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • entendimento das operações de aquisição efetuadas, tendo por base quer a documentação recolhida pela gestão do Grupo Sonae, quer documentação recolhida junto dos auditores das componentes em causa; • a análise dos balanços de abertura, bem como o processo de imputação de justo valor levado a cabo ao nível de cada uma destas operações de concentração; • obtenção e análise dos contratos de compra que sustentam a operação de concentração, assim como revisão dos acordos parassociais e estatutos estabelecidos no processo pós-concentração; • obtivemos a documentação de suporte ao processo de imputação de justo valor, analisando os pressupostos definidos pelo órgão de gestão da Empresa no processo de valorização de ativos, passivos e passivos contingentes em cada uma das concentrações em análise no período. <p>No que respeita às operações de venda e relocação dos imóveis, os nossos procedimentos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • obtenção e análise dos contratos celebrados de alienação de imóveis bem como dos contratos de locação respetivos; • revisão da análise qualitativa dos critérios definidos ao nível do normativo contabilístico para efeitos de classificação de contratos de locação; • revisão do cálculo efetuado do valor atual dos pagamentos mínimos de locação, incluindo análise do período de locação e da determinação da taxa de financiamento incremental utilizada para o efeito; <p>Para as transações referidas efetuamos ainda a análise das divulgações efetuadas pelo Grupo.</p>
---	--

Aplicáveis às demonstrações financeiras separadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Notas 3.1., 3.5.k) e 6 do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016, nas suas demonstrações financeiras separadas, a Entidade detinha investimentos financeiros mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas imparidade, no montante de 1.626 milhões de euros.</p> <p>Conforme referido na Nota 3.5.k), a Entidade, à data de cada demonstração da posição financeira, avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em subsidiárias e associadas, calculando a estimativa de perda de imparidade, se aplicável, com base na estimativa de justo valor da subsidiária ou associada em análise, com base na avaliação efetuada através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos líquidos, conforme aplicável.</p> <p>Tendo em vista a relevância dos ativos em análise para as demonstrações financeiras separadas e bem assim o nível de estimativas envolvidas consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Ao nível das demonstrações financeiras separadas o nosso exame da correção do teste de imparidade dos investimentos financeiros em subsidiárias e associadas, mensuradas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade, conforme referido nas Notas 3.5 k), e 6 das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2016, baseia-se no trabalho efetuado ao nível dos testes de imparidade de Goodwill para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas bem como na análise da exatidão aritmética dos testes efetuados e análise dos restantes pressupostos utilizados e metodologias seguidas.</p> <p>Analizamos a adequação das divulgações efetuadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e os seus fluxos de caixa consolidados e separados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade e do Grupo em se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade e do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de maio de 2002 para um primeiro mandato completo compreendido entre 2002 e 2005, e que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2014 para o mandato em curso que decorre até 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade e ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 27 de abril de 2017

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
SONAE INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da **SONAE INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Tendo em conta as matérias em análise, estas reuniões contaram com a presença dos responsáveis dos serviços administrativos, tesouraria e finanças, planeamento e controlo de gestão, auditoria interna e gestão de risco. Mantivemos igualmente estreito contacto com o Revisor Oficial de Contas e Auditor externo, que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções, o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas individuais e consolidadas da empresa, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional de Auditoria previsto no art.º 24º da Lei 148/2015 de 09 de Setembro. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços, individual e consolidado, em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem o seu acordo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da **SONAE INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.** e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do art.º 245º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas exigidos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Matosinhos, 27 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal,

Armando Luís Vieira de Magalhães

António Augusto Almeida Trábulo

Maria José Martins Lourenço da Fonseca